

Porto Alegre/RS, 12 de maio de 2026.

Sergio Ilha Dalcol

Superintendente da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul

ANEXO I – ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS

– ATRIBUIÇÃO DE CARGOS

1. Analista da Polícia Penal

Síntese dos deveres: os ocupantes do cargo de Analista da Polícia Penal realizarão atividades especializadas, envolvendo atendimento, assistência e orientação a pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, na execução das penas privativas de liberdade, das medidas de segurança e restritivas de direitos, operacionalizando sua avaliação e acompanhamento dos processos de socialização, bem como o planejamento, coordenação, execução, estudos e pesquisas em matérias inerentes à área penitenciária e correlatas.

Atribuições: I - desenvolver, implantar e coordenar a execução das políticas de tratamento penal; II - promover o aprimoramento e a sistematização do exame de classificação com vistas à individualização da pena; III - planejar, executar e avaliar os programas de individualização da pena visando às ações de tratamento penal; IV - produzir avaliações técnicas que identifiquem as condições psicossociais da pessoa privada de liberdade com vistas à obtenção dos direitos da execução; V - prestar orientação ao pré-egresso e egresso no processo de retorno ao convívio social, no âmbito de suas atribuições; VI - compor equipes interdisciplinares de tratamento penal, com o objetivo de propor e de executar intervenções que reduzam as vulnerabilidades biopsicossociais das pessoas privadas de liberdade, auxiliando-as no seu processo de socialização; VII - acessar as redes de políticas públicas, realizando os encaminhamentos necessários; VIII - emitir laudos e pareceres sobre matéria da sua área, bem como realizar fiscalizações inerentes a sua especialidade, nos limites legais; IX - realizar a avaliação e o acompanhamento técnico de atenção integral à saúde da pessoa privada de liberdade e do internado, conforme a especificidade de cada área, assegurando condições, procedimentos e assistência a problemas prevalentes e os métodos para sua prevenção, controle de doenças e demais intercorrências; X - coordenar e desempenhar trabalhos de caráter técnico na sua área no âmbito da Polícia Penal e em órgãos correlatos à execução penal; XI - prestar assessoria e consultoria técnica aos órgãos da Polícia Penal; XII - desenvolver e propor projetos e ações de gestão de áreas afins com a atuação institucional; XIII - participar na elaboração e na execução de parcerias e convênios; XIV - realizar a gestão de sistemas e de métodos administrativos, dos recursos humanos, de materiais e de serviços; XV - zelar na prevenção de acidentes e na utilização de equipamentos, dispositivos de uso pessoal e de instrumentos voltados à saúde e proteção no ambiente de trabalho; XVI - participar da administração de estabelecimentos penais e de unidades organizacionais da Polícia Penal; XVII - conduzir viaturas administrativas, conforme habilitação específica; XVIII - desenvolver e implantar ações de atenção, de prevenção e de atendimento às questões de saúde mental e segurança do trabalho do servidor, observadas as competências técnicas de cada área do apoio especializado; XIX - trabalhar o contexto organizacional e institucional, na perspectiva do desenvolvimento profissional, nas áreas administrativa, operacional e técnica; XX - desenvolver processos pedagógicos de capacitação, de aperfeiçoamento e de atualização de conhecimentos profissionais dos servidores; XXI - supervisionar e orientar o estágio dos alunos da Academia da Polícia Penal; XXII - participar do intercâmbio de ensino, estudos e cooperação técnica entre instituições e órgãos dos sistemas penal e criminal e outras instituições de ensino; XXIII - viabilizar trabalhos para documentar e dar publicidade a estudos, a pesquisas e a levantamentos estatísticos no âmbito do sistema penal, para a melhoria das condições técnicas, administrativas e operacionais do tratamento penal e da socialização das pessoas privadas de liberdade; XXIV - registrar as atividades correlatas em sistemas informatizados, de forma atualizada e fidedigna; e XXV - executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas.

2. Policial Penal

Síntese dos deveres: o Policial Penal realizará atividades envolvendo planejamento, organização e execução de atividades e serviços de vigilância, custódia e segurança de pessoas recolhidas nos estabelecimentos penais na execução das penas privativas de liberdade, das medidas de segurança e restritivas de direitos, bem como dos estabelecimentos penais no âmbito estadual, além de executar programas e ações de apoio operacional ao tratamento penal para socialização das pessoas privadas de liberdade.

Atribuições: I - exercer atividades de preservação da ordem, da disciplina e da segurança dos estabelecimentos penais; II - realizar custódia, escolta, disciplina e segurança das pessoas privadas de liberdade; III - realizar o deslocamento interno e externo das pessoas privadas de liberdade; IV - realizar rotinas operacionais periódicas nos estabelecimentos penais masculinos e femininos; V - realizar as rondas das alas, galerias, alojamentos, celas, pátios e outras dependências dos estabelecimentos penais, inclusive externas; VI - realizar a revista estrutural das alas, galerias, alojamentos, celas e outras dependências de estabelecimentos penais; VII - verificar e preservar as condições físicas e materiais dos estabelecimentos penais; VIII - verificar e zelar pelas condições de higiene e limpeza das galerias, alojamentos, celas, instalações sanitárias, pátios e outras dependências dos estabelecimentos penais; IX - conduzir viaturas administrativas e operacionais, conforme habilitação específica; X - operar sistemas de rádio e telecomunicações, bem como programas e sistemas informatizados; XI - registrar as atividades e as ocorrências em livro especial e em sistemas informatizados, de forma atualizada e fidedigna; XII - informar às autoridades competentes sobre as ocorrências, bem como elaborar relatórios periódicos; XIII - atuar para coibir fuga iminente e, de imediato, em caso de concretização da fuga, no planejamento e na execução da captura dos evadidos do cumprimento da execução penal, inclusive no âmbito do sistema de monitoração eletrônica; XIV - identificar, revistar, registrar e fiscalizar na entrada e na saída dos estabelecimentos penais as

peças e os veículos; XV - verificar, no recebimento da pessoa privada de liberdade, durante a identificação e revista corporal obrigatória, a documentação que a encaminha e suas condições físicas, registrando sua entrada e encaminhando-a para análise do perfil de recolhimento; XVI - efetuar o controle e a conferência diária da população carcerária em todas as áreas do estabelecimento penal; XVII - supervisionar e fiscalizar o trabalho prisional, as atividades sociais e educacionais e a conduta das pessoas privadas de liberdade, observando os regulamentos e as normas do estabelecimento penal em todas as fases da execução penal; XVIII - realizar os atos e os procedimentos de apuração das infrações disciplinares, nos termos do regulamento, inclusive participando como membro do Conselho Disciplinar dos estabelecimentos penais nos procedimentos disciplinares, quando designado; XIX - providenciar o encaminhamento para garantir a assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social, psicológica e religiosa à pessoa privada de liberdade; XX - assistir e acompanhar as ações de tratamento penal nos aspectos de atenção e prevenção, contribuindo para socialização da pessoa privada de liberdade; XXI - garantir as ações de segurança necessárias ao desenvolvimento das ações de tratamento penal; XXII - orientar e realizar trabalhos em grupos e individualmente, para instruir os presos em hábitos de higiene, educação e de boas maneiras, despertando o senso de responsabilidade e de dedicação no cumprimento dos deveres familiares, profissionais e sociais; XXIII - prestar orientação ao pré-egresso e egresso no processo de retorno ao convívio social, no âmbito de suas atribuições; XXIV - sugerir e executar medidas relativas a normas de segurança interna e externa dos estabelecimentos penais; XXV - zelar na prevenção de acidentes e na utilização de equipamentos, dispositivos de uso pessoal e de instrumentos voltados à saúde e à proteção no ambiente de trabalho; XXVI - propor medidas de prevenção aos efeitos dos fatores ambientais e situacionais, inerentes à situação de encarceramento; XXVII - supervisionar e orientar o estágio dos alunos da Academia da Polícia Penal; XXVIII - participar e executar programas e ações de tratamento penal sob a orientação do Analista da Polícia Penal, bem como de processos de planejamento e controle do sistema penitenciário; XXIX - participar na execução das parcerias e convênios; XXX - participar da administração de estabelecimentos penais e unidades organizacionais da Polícia Penal; XXXI - realizar a guarda externa dos estabelecimentos prisionais; XXXII - participar do intercâmbio de ensino, estudos e cooperação técnica entre instituições e órgãos dos sistemas penal e criminal e outras instituições de ensino; XXXIII - participar de eventos individualmente ou em operações integradas com as demais forças de segurança pública; XXXIV - realizar o cumprimento de mandado de prisão em desfavor de servidores da Polícia Penal; foragidos do sistema prisional; pessoas em cumprimento de pena provisória ou definitiva; medida de segurança; monitoração eletrônica; e medidas cautelares e restritivas de direito; XXXV - solicitar à autoridade competente a realização de corpo de delito das pessoas sob qualquer espécie de custódia da Polícia Penal; XXXVI - registrar boletim das ocorrências relacionadas a sua área de atuação; e XXXVII - executar outras tarefas correlatas ou que lhe forem atribuídas.

3. Técnico Administrativo da Polícia Penal

Síntese dos deveres: os ocupantes do cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal realizarão atividades envolvendo planejamento, organização e execução de atividades e serviços administrativos e de apoio às atividades de tratamento penal.

Atribuições: I - desempenhar as atividades e procedimentos administrativos e de secretaria; II - organizar o fluxo de informações e de documentação da organização, editar textos, comunicados de rotina e documentos oficiais, elaborar relatórios periódicos, receber, protocolar, classificar, registrar, encaminhar documentos e distribuir correspondências, atualizar e organizar catálogos e arquivos, informatizados ou não, bem como prestar informações e arquivar processos administrativos e de expediente; III - registrar, organizar e arquivar prontuários e demais documentos; IV - realizar trabalhos de coleta, registros e levantamento de dados e informações; V - operar sistemas informatizados de processamento de dados e de comunicações; VI - auxiliar na elaboração de balanços, de balancetes, de inventários, de tombamentos, de recibos das movimentações de materiais, de bens patrimoniais e outros; VII - apoiar todas as etapas do ciclo de aquisição e administração de material de consumo ou permanente, inclusive organizando almoxarifados e mantendo o controle dos materiais necessários; VIII - elaborar grades de efetividade, assentamentos, pagamentos, certidões, atestados e termos; IX - executar os trâmites necessários para viabilizar adiantamentos, realizar e preparar prestação de contas de passagens, diárias, combustíveis e outras correlatas; X - atender ao público, prestando as informações solicitadas, observados os níveis de sigilo inerentes à atividade; XI - auxiliar na organização, na avaliação e na análise dos indicadores de desempenho funcional e rotinas de pessoal; XII - realizar os serviços de identificação, cadastro e demais procedimentos correlatos; XIII - conduzir viaturas administrativas, conforme habilitação específica; XIV - participar como membro do Conselho Disciplinar dos estabelecimentos penais nos procedimentos disciplinares, quando designado; XV - colaborar na execução de programas e de ações de tratamento penal sob a orientação do Analista da Polícia Penal; XVI - zelar na prevenção de acidentes e na utilização de equipamentos, de dispositivos de uso pessoal e de instrumentos voltados à saúde e à proteção no ambiente de trabalho; XVII - auxiliar na elaboração e participar na execução das parcerias e convênios; XVIII - participar do intercâmbio de ensino, estudos e cooperação técnica entre instituições e órgãos dos sistemas penal e criminal e outras instituições de ensino; XIX - supervisionar e orientar o estágio dos alunos da Academia da Polícia Penal; XX - registrar as atividades correlatas em sistemas informatizados, de forma atualizada e fidedigna; e XXI - executar outras tarefas correlatas ou que lhe forem atribuídas.

ANEXO II – QUADRO DEMONSTRATIVO DE PROVAS

1. PROVAS TEÓRICO-OBJETIVAS

Cargo	Componentes das Provas/ Caráter	Nº de Questões	Pontos/ Questão	Nº Mínimo de Acertos p/ Componente	Nº mínimo de Pontos do total	Nº Pontos do total
-------	---------------------------------	----------------	-----------------	------------------------------------	------------------------------	--------------------

Analista Penal da Polícia Penal	Língua Portuguesa (E/C)*	20	1,25	10	50,00	100,00
	Informática (E/C)*	10	1,25	04		
	Raciocínio Lógico (E/C)*	10	1,25	02		
	Conhecimentos Gerais relativos ao sistema prisional (E/C)*	10	1,25	04		
	Conhecimentos Específicos (E/C)	30	1,25	15		
Policial Penal	Língua Portuguesa (E/C)*	20	1,25	10	50,00	100,00
	Informática (E/C)*	10	1,25	04		
	Raciocínio Lógico (E/C)*	10	1,25	02		
	Legislação aplicada/Direito (E/C)*	30	1,25	15		
	Conhecimentos Gerais relativos ao sistema prisional (E/C)*	10	1,25	04		
Técnico Administrativo da Polícia Penal	Língua Portuguesa (E/C)*	20	1,25	10	50,00	100,00
	Informática (E/C)*	10	1,25	04		
	Raciocínio Lógico (E/C)*	10	1,25	02		
	Legislação aplicada/Direito (E/C)*	30	1,25	15		
	Conhecimentos Gerais relativos ao sistema prisional (E/C)*	10	1,25	04		

Caráter: (E/C) Eliminatório/Classificatório.

(*) Essas matérias compõem a Prova Base.

As questões da Prova Teórico-Objetiva serão de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E) e 1 (uma) única resposta correta.

2. OUTRAS ETAPAS

Cargo	Componentes das Provas/ Caráter (*)	Nº de Questões	Pontos/ Questão	Nº. mínimo de Pontos do total	Nº. Pontos do total
Analista Penal da Polícia Penal	Prova Discursiva (E/C)	01	100,00	50,00	100,00
Policial Penal	Teste de Aptidão Física (E)	-	-	-	Pessoa Apta/Inapta
Todos os cargos	Avaliação Psicológica (E)	-	-	-	Pessoa Apta/Inapta
Todos os cargos	Sindicância (E)	-	-	-	Pessoa Apta/Inapta

(*) Caráter: (E/C) Eliminatório/Classificatório (E) Eliminatório.

ANEXO III – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura	12/05/2024
Período de Inscrições pela internet, através do site www.fundatec.org.br	12/05 a 12/06/2026
Período para Solicitação de Isenção da Taxa de Inscrição	14 a 20/05/2026
Edital de Divulgação dos Resultados dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição	27/05/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição	28/05 a 03/06/2026
Edital de Divulgação do Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição após Recurso	10/06/2026
Período para impugnação do Edital de Abertura	13 a 17/06/2026
Envio das respostas às impugnações do Edital de Abertura	26/06/2026
Último dia para entrega do Comprovante de participação como jurado em Tribunal do Júri	29/06/2026
Último dia para entrega do Laudo Médico das pessoas candidatas inscritas nas reservas de vagas das Pessoas com Deficiência	29/06/2026
Último dia para entrega do Laudo Médico e Documentos Complementares das pessoas candidatas que solicitaram atendimento especial para o dia de prova	29/06/2026
Último dia para efetuar o Pagamento do Boleto Bancário	29/06/2026

Último dia para alteração das fotos que não foram aceitas, ou seja, que não estão de acordo para fins de identificação no dia de prova	29/06/2026
Edital de Divulgação das Inscrições Homologadas – Lista Preliminar de Inscritos	07/07/2026
Edital de Divulgação da Nominata das Bancas Elaboradoras das Provas Teórico-Objetivas e Discursiva	07/07/2026
Período de Recursos Administrativos do Homologação Preliminar das Inscrições, Período de Solicitação de Correção de Dados Cadastrais e Formulário Online – Comprovação de Laudo Médico e/ou Atendimento Especial para recurso	08 a 14/07/2026
Edital de Divulgação das Inscrições Homologadas – Lista Definitiva de Inscritos após análise dos recursos	28/07/2026
Divulgação da Densidade de Inscritos por cargo	28/07/2026
Edital de Divulgação da Data, Hora e Local das Provas Teórico-Objetivas e Discursiva	30/07/2026
Consulta de Data, Hora e Local das Provas Teórico-Objetivas e Discursiva no site da Fundatec	30/07/2026
Disponibilização do Formulário Online para envio das documentações de Atendimentos Especiais intempestivos, Identificação Especial e correções de dados cadastrais.	07/08/2026
Aplicação das Provas Teórico-Objetivas e Discursiva – data provável.	09/08/2026
Divulgação dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	11/08/2026
Publicação dos Modelos de Provas Teórico-Objetivas aplicadas	11/08/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	12 a 18/08/2026
Último dia para envio das documentações de Atendimentos Especiais intempestivos, Identificação Especial e correções de dados cadastrais, através do Formulário Online	17/08/2026
Divulgação dos Gabaritos Definitivos das Provas Teórico-Objetivas	09/09/2026
Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	09/09/2026
Edital de Divulgação das Notas Preliminares das Provas Teórico-Objetivas (com anexo) e Disponibilização das Grades de Respostas das Provas Teórico-Objetivas no site da Fundatec	11/09/2026
Período para emissão do Atestado de comparecimento na Prova Teórico-Objetiva	11/09 a 12/10/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos das Notas Preliminares das Provas Teórico-Objetivas	14 a 18/09/2026
Edital de Divulgação Notas Definitivas das Provas Teórico-Objetivas e Justificativas para Manutenção/Alteração das Notas Preliminares das Provas Teórico-Objetiva	24/09/2026
Divulgação da Classificação na Prova Teórica-Objetiva para fins de Convocação para os Procedimentos de Verificação da Autodeclaração e Perícia Médica	28/09/2026
PERÍCIA MÉDICA – PESSOAS CANDIDATAS COM DEFICIÊNCIA	
Edital de divulgação das pessoas candidatas aprovadas na Prova Teórico-Objetiva que se autodeclararam PcD e terão seus laudos avaliados por Equipe Multiprofissional	28/09/2026
Edital de Convocação para Perícia Presencial	07/10/2026
Realização da Perícia Médica Presencial para pessoas candidatas convocadas	13/10/2026
Resultado Preliminar da Perícia Médica	20/10/2026
Período para interposição de recursos administrativos do resultado da Perícia Médica	21 a 27/10/2026
Edital de divulgação do Resultado Definitivo da Perícia Médica	06/11/2026
VERIFICAÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO	
Edital de convocação das pessoas candidatas Autodeclaradas (Pretas, Pardas e Trans) para realização do Procedimento de Verificação da Veracidade da Autodeclaração, juntamente com a divulgação dos membros da Comissão Especial	28/09/2026
Edital de divulgação das pessoas candidatas aprovadas na Prova Teórico-Objetiva que se autodeclararam Pessoa Indígena, para a Avaliação Documental	28/09/2026
Realização do Procedimento de Verificação da Veracidade da Autodeclaração das pessoas candidatas Autodeclaradas (Pretas, Pardas e Trans)	03 e/ou 04/10/2026
Edital de Divulgação do Resultado Preliminar do Procedimento de Verificação da Veracidade da Autodeclaração (Pretos, Pardos, Trans e Indígenas)	15/10/2026
Período de Recebimento de Recursos Administrativos contra o Resultado Preliminar do Procedimento de Verificação da Veracidade da Autodeclaração (Pretos, Pardos, Trans e Indígenas)	16 a 22/10/2026
Edital de Divulgação do Resultado Definitivo do Procedimento de Verificação da Veracidade da Autodeclaração (Pretos, Pardos, Trans e Indígenas)	06/11/2026

APÓS PERÍCIA MÉDICA (PcD) E VERIFICAÇÃO DA VERACIDADE DA AUTODECLARAÇÃO (PN, PT e PI)	
Edital de Divulgação das Nominatas das Bancas Avaliadoras do Teste de Aptidão Física	10/11/2026
Edital de Divulgação da continuidade do Cronograma para realização das demais fases	10/11/2026
Edital de Divulgação das Pessoas Candidatas com Notas Empatadas e Convocação para Sorteio Público de Desempate – exceto cargos de Analista da Polícia Penal	10/11/2026
Realização do Sorteio Público de Desempate – Técnico Administrativo da Polícia Penal e Policial Penal	18/11/2026
Resultado do Sorteio Público de Desempate – Técnico Administrativo da Polícia Penal e Policial Penal	18/11/2026
Divulgação da Classificação Final na Prova Teórica-Objetiva – Técnico Administrativo da Polícia Penal e Policial Penal	24/11/2026
Divulgação da Classificação Provisória na Prova Teórica-Objetiva – Analista da Polícia Penal	24/11/2026
TESTE DE APTIDÃO FÍSICA – CARGO DE POLICIAL PENAL	
Edital de Convocação Para Entrega Documental Para Realização do Teste de Aptidão Física	A definir
Formulário Online – Entrega do Laudo Médico para o Teste de Aptidão Física	A definir
Formulário Online – Entrega do Laudo Médico para Candidata Gestante ou em período de Pós-Parto para o Teste de Aptidão Física	A definir
Formulário Online – Entrega do Termo de Responsabilidade e Autorização para realização do Teste de Aptidão Física para Pessoas Candidatas menores de 18 anos	A definir
Edital de Resultado da Entrega Documental Para Realização do Teste de Aptidão Física	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado da Entrega Documental para Realização do Teste de Aptidão Física	A definir
Edital de Convocação para o Teste de Aptidão Física	A definir
Realização do Teste de Aptidão Física	A definir
Edital de Divulgação do Resultado Preliminar do Teste de Aptidão Física	A definir
Período de Consulta aos Vídeos – Somente Inaptos	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos Preliminar do Teste de Aptidão Física	A definir
Edital de Divulgação Resultado do Definitivo do Teste de Aptidão Física, juntamente com o anexo de Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração do Resultado Definitivo do Teste de Aptidão Física	A definir
CORREÇÃO DA PROVA DISCURSIVA – ANALISTA DA POLÍCIA PENAL	
Divulgação da Lista dos Aprovados para correção da Prova Discursiva	A definir
Edital de Divulgação das Notas Preliminares da Prova Discursiva, junto com o Divulgação do Espelho de Correção da Prova	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos das Notas Preliminares da Prova Discursiva	A definir
Edital de Divulgação das Notas Definitivas da Prova Discursiva, juntamente com Divulgação das Justificativas para Manutenção/Alteração dos Gabaritos Preliminares da Prova Discursiva	A definir
Edital de Divulgação das pessoas candidatas com notas empatadas e Convocação para Sorteio Público de Desempate - somente cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Realização do Sorteio Público de Desempate – cargo de Analista da Polícia Penal	A definir
Resultado do Sorteio Público de Desempate – cargo de Analista da Polícia Penal	A definir
AValiação Psicológica – Técnico Administrativo da Polícia Penal	
Edital de Convocação para realização da Avaliação Psicológica – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
Realização da Avaliação Psicológica - COLETIVA – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
Realização da Avaliação Psicológica - INDIVIDUAL – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
Edital de Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica e Envio, por e-mail, das cópias dos Laudos de Resultados da Avaliação Psicológica – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
Realização das Entrevistas de Devolução – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado da Avaliação Psicológica para as pessoas candidatas consideradas inaptas – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
Edital de Divulgação dos Resultados da Avaliação Psicológica após recursos e Envio, por e-mail, das respostas aos recursos – cargo de Técnico Administrativo da Polícia Penal	A definir
AValiação Psicológica – Policial Penal	
Edital de Convocação para realização da Avaliação Psicológica – cargo de Policial Penal	A definir

Realização da Avaliação Psicológica - COLETIVA – cargo de Policial Penal	A definir
Realização da Avaliação Psicológica - INDIVIDUAL – cargo de Policial Penal	A definir
Edital de Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica e Envio, por e-mail, das cópias dos Laudos de Resultados da Avaliação Psicológica – cargo de Policial Penal	A definir
Realização das Entrevistas de Devolução – cargo de Policial Penal	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado da Avaliação Psicológica para pessoas candidatas consideradas inaptas – cargo de Policial Penal	A definir
Edital de Divulgação dos Resultados da Avaliação Psicológica após recursos e Envio, por e-mail, das respostas aos recursos – cargo de Policial Penal	A definir
AValiação Psicológica – Analista da Polícia Penal	
Edital de Convocação para realização da Avaliação Psicológica – cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Realização da Avaliação Psicológica - COLETIVA – cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Realização da Avaliação Psicológica - INDIVIDUAL – cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Edital de Divulgação do Resultado da Avaliação Psicológica e Envio, por e-mail, das cópias dos Laudos de Resultados da Avaliação Psicológica – cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Realização das Entrevistas de Devolução – cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado da Avaliação Psicológica para as pessoas candidatas consideradas inaptas – cargos de Analista da Polícia Penal	A definir
Edital de Divulgação dos Resultados da Avaliação Psicológica após recursos e Envio, por e-mail, das respostas aos recursos – cargo de Analista da Polícia Penal	A definir
SINDICÂNCIA	
Formulário de Avaliação da Sindicância de Vida Progressa e Atual	A definir
Edital de Convocação para Entrega da Documentação da Sindicância de Vida Progressa e Atual	A definir
Período de Entrega da Documentação da Sindicância de Vida Progressa e Atual	A definir
Edital de Divulgação do Resultado Preliminar da Avaliação da Sindicância de Vida Progressa e Atual	A definir
Período de Recebimento de Recursos Administrativos do Resultado Preliminar da Avaliação da Sindicância de Vida Progressa e Atual	A definir
Edital de Divulgação do Resultado Definitivo da Avaliação da Sindicância de Vida Progressa e Atual	A definir
Edital de Divulgação da Homologação do Resultado Final do Concurso Público	A definir

Obs1: Todas as publicações serão divulgadas até às 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos, da data estipulada neste Cronograma, no site www.Fundatec.org.br.

Obs2: Todos os formulários online, disponibilizados no site da Fundatec, estarão disponíveis até às 17 (dezesete) horas do último dia previsto para encerramento do respectivo prazo.

Obs3: O Cronograma de Execução do Concurso Público poderá ser alterado pela Fundatec a qualquer momento, havendo justificadas razões, sem que caiba as pessoas candidatas interessadas qualquer direito de se opor, ou de reivindicar em razão de alguma alteração. Será dada publicidade caso tal fato venha a ocorrer.

ANEXO IV – MODELO DE ATESTADO PARA O TESTE DE APTIDÃO FÍSICA

MODELO DE ATESTADO MÉDICO

Atesto, para os devidos fins, que a pessoa candidata _____, portador(a) do CPF nº _____, após avaliação clínica realizada na presente data, encontra-se em condições de saúde aptas para ser submetida aos testes de corrida, resistência abdominal e flexão de braços (execução de flexão de braços sobre o solo, com apoio dos joelhos) e flexão de barra fixa, mencionados no Edital de Abertura do Concurso da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul, para o cargo de Policial Penal.

Validade deste atestado: _____ dias a contar da data de emissão

....., de de 20_____.

Assinatura do Médico CRM Nº _____

Campo Opcional: Contato de Emergência

Nome completo: _____ Parentesco: _____

Telefone com DDD: _____

ANEXO V – MODELO DE ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE OU EM PERÍODO PÓS-GESTAÇÃO – SOLICITAÇÃO PARA REMARCAÇÃO DO TAF

MODELO DE ATESTADO MÉDICO

A candidata _____, CPF nº _____

_____, foi submetida, nesta data, a exame clínico sendo constatada(o):

() Gravidez (período Gravídico), cuja idade gestacional é compatível com _____ semanas e _____ dias, com data provável do parto prevista para _____ de _____ de _____.

() Período de Puerpério, a contar da data do parto, que ocorreu em _____ de _____ de _____.

() Pós-interrupção gestacional (pós-abortamento), decorrente de interrupção da gestação ocorrida em _____ de _____ de _____ (com idade gestacional aproximada de _____ semanas e _____ dias, se aplicável).

....., de de 20_____.

Assinatura do Médico Gineco-obstetra
CRM Nº _____

ANEXO VI – TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO TAF (PESSOAS CANDIDATAS MENORES DE 18 ANOS)

TERMO DE RESPONSABILIDADE E AUTORIZAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DO TAF

Eu, _____, CPF nº _____, responsável legal da pessoa candidata _____, CPF nº _____, inscrição nº _____, tendo o vínculo de _____ (informar o grau de parentesco) DECLARO, sob pena das sanções cabíveis, que autorizo a pessoa candidata a realizar os exercícios previstos no Teste de Aptidão Física, estabelecidos pelo Edital de Abertura do Concurso Público nº 01/2026 da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul, cujas provas serão realizadas no mês de _____/2026. Declaro ainda isentar irrestritamente a Fundatec e o PPRS de quaisquer responsabilidades por danos ou prejuízos materiais e corporais que por ventura a pessoa candidata venha a sofrer em decorrência de sua participação. _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Responsável,
com confirmação de autenticidade em cartório ou pelas plataformas eletrônicas (e-cpf)

ANEXO VII – FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 13.320/2009, as pessoas candidatas que tiverem renda mensal familiar de até 1,5 (um e meio) salário mínimo nacional per capita podem solicitar a isenção da taxa de inscrição.

OBS: Para obtenção da Isenção do Pagamento da Taxa de Inscrição, a pessoa candidata, além de providenciar a inscrição provisória, deverá preencher este Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição, anexar os documentos comprobatórios e proceder conforme item 2.2.5 deste Edital.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESSOA CANDIDATA								
NOME: _____								
DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: _____								
ESTADO CIVIL: () SOLTEIRO(A) () UNIÃO ESTÁVEL () CASADO(A) () DIVORCIADO(A) () VIÚVO(A)								
CARGO PRETENDIDO: _____ Nº DE INSCRIÇÃO: _____								
INFORMAÇÕES SOBRE MORADIA – Assinalar as pessoas que residem com a pessoa candidata.								
() CÔNJUGE OU COMPANHEIRO () PAI () MÃE () IRMÃOS * () FILHOS* () ENTEADO*								
() OUTROS (citar): _____ Total de pessoas que moram com a pessoa candidata: _____								
*Declaro que essas pessoas são solteiras.								
CONDIÇÕES PROFISSIONAIS – Assinalar a situação correspondente a pessoa candidata, do cônjuge ou companheiro (a), se for o caso, mãe e/ou pai da pessoa candidata solteiro(a).								
	PESSOA CANDIDATA	CÔNJUGE OU COMPANHEIRO	PAI	MÃE	IRMÃO	FILHO	ENTEADO	Outro:
Descrição de Renda								
Aposentado(a)	()	()	()	()	()	()	()	()
Autônomo(a)	()	()	()	()	()	()	()	()
Beneficiário(a)	()	()	()	()	()	()	()	()
Desempregado(a)	()	()	()	()	()	()	()	()
Nunca trabalhou	()	()	()	()	()	()	()	()
Pensionista	()	()	()	()	()	()	()	()
Servidor(a) público(a)	()	()	()	()	()	()	()	()
Trabalhador(a) com carteira assinada	()	()	()	()	()	()	()	()
Outros:	()	()	()	()	()	()	()	()

Declaro que as informações prestadas neste documento são verdadeiras. Informo, ainda, que estou ciente de que, se comprovada a omissão ou a inveracidade nas informações prestadas ou nos documentos apresentados, fico sujeito às penalidades legais

cabíveis. Estou ciente de que a falta parcial ou total de informações ou documentos é de minha inteira responsabilidade, sendo tal situação motivo para indeferimento desta solicitação.

Data: ____/____/____ Assinatura da pessoa candidata: _____

ANEXO VIII – MODELO DE LAUDO CARACTERIZADOR PARA PESSOA CANDIDATA QUE DESEJA CONCORRER NA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A pessoa candidata _____, CPF nº _____, apresenta funcionalidades, impedimentos nas funções e estruturas do corpo, incapacidades, limitações adaptativas no desempenho de atividades, necessidades de adaptações que amparam o reconhecimento da Pessoa com Deficiência, conforme especificações a seguir:

CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 11) DA PATOLOGIA: _____

Idade do diagnóstico da deficiência: _____ Idade Atual: _____

Grau ou nível da deficiência: _____

Origem da deficiência: () Congênita () Adquirida: () Acidente () Doença Comum () Pós-Operatório
() Outra: _____

Necessita de adaptação para realização da(s) prova(s) e para atender as atribuições do cargo?

() Não () Sim. Quais? _____

CARACTERÍSTICA DA DEFICIÊNCIA:

1. () DEFICIÊNCIA FÍSICA:

() Amputação ou Ausência de Membro () Fibromialgia () Hemiplegia () Hemiparesia

() Membros com deformidade () Monoplegia () Monoparesia () Nanismo

() Paraplegia () Paralisia Cerebral () Paraparesia () Ostomia () Triplegia

() Triparesia () Tetraplegia () Tetraparesia () Outra: _____

2. () DEFICIÊNCIA AUDITIVA:

() Perda unilateral total ou bilateral parcial ou total, considerando a média aritmética de 41 dB (quarenta e um decibéis) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. Obrigatório apresentar audiometria. (Lei Federal nº 14.768/2023).

3. () DEFICIÊNCIA VISUAL - Obrigatório anexar o exame oftalmológico (acuidade visual com correção ou campo visual).

() Cegueira: a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

() Baixa visão: a acuidade visual: a acuidade visual está entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica.

() Campo visual: a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos é igual ou menor que 60 graus.

() Visão monocular.

4. () DEFICIÊNCIA PSICOSSOCIAL – Comprometimento nas funções mentais, decorrentes de sequelas de transtornos ou doenças mentais e/ou lesões cerebrais, limitando a capacidade ou o desempenho, para atividades e participação em igualdade de acesso com as demais pessoas. Exclui transtornos psicóticos de curta duração, transtornos de humor e epilepsia controlada sem sequelas.

() Esquizofrenia.

() Síndromes epilépticas refratárias ou com sequelas.

5. () DEFICIÊNCIA INTELECTUAL/MENTAL - Funcionamento intelectual significativamente inferior à média associado a limitação no desenvolvimento de habilidades adaptativas.

6. () TRANSTORNO DO NEURODESENVOLVIMENTO - Transtorno do Espectro Autista - Lei Federal nº 12.764/2012. Grau de suporte necessário: () Nível 1 () Nível 2 () Nível 3

7. Habilidades Adaptativas em consequência da deficiência apresentada:

() Comunicação () Habilidades sociais () Saúde e segurança () Lazer () Cuidado pessoal

() Utilização dos recursos da comunidade () Habilidades acadêmicas () Trabalho

Data da emissão deste documento: ____/____/____.

Nome do profissional de saúde de nível superior e nº de inscrição
no respectivo conselho profissional

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SABATISTA POR MOTIVO RELIGIOSO

Marque abaixo qual a sua religião, e após preencha a declaração de acordo com a opção selecionada.

() Adventista e outras (1) () Judeu (2)

1. Adventista

Eu (Nome do Pastor) _____, com CPF nº _____, na qualidade de Ministro da Igreja _____, sob as penas da lei, DECLARO, a quem possa interessar, que (Nome da pessoa candidata) _____, CPF nº _____, é fiel membro da Igreja _____, tendo

abraçado a fé e os princípios bíblicos adotados por sua igreja, especialmente quanto à observância da santidade do dia do sábado, separando-o, desde o pôr do sol da sexta-feira até o seu ocaso no dia do sábado, exclusivamente ao Senhor Deus, e que por um imperativo de consciência religiosa se reserva ao direito de dedicar o Santo Dia às atividades religiosas, em respeito ao Criador. Declaro que as informações acima são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito(a) às penas da legislação pertinente caso tenha afirmado falsamente os dados preenchidos.

2. Judeu

Eu (Rábino) _____, com CPF nº _____, na qualidade de Rábino representante da Comunidade Judaica _____, sob as penas da lei, DECLARO, a quem possa interessar, que (Nome da pessoa candidata) _____, CPF nº _____, é membro da Comunidade Judaica _____ e se reserva ao direito de dedicar o período que vai desde o pôr-do-sol da sexta-feira até ao pôr-do-sol do sábado a abster-se de atividades laborais, e se engajar em atividades repousantes para dignificar o dia.

Declaro que as informações acima são verdadeiras e estou ciente de estar sujeito(a) às penas da legislação pertinente caso tenha afirmado falsamente os dados preenchidos.

_____ de _____ de _____.

(Assinatura do Pastor ou Rábino reconhecida firma em cartório por autenticidade ou eletronicamente através de plataformas digitais reconhecidas, tais como as assinaturas eletrônicas do Gov.br ou outros certificados digitais de pessoa física)

(Assinatura da pessoa candidata reconhecida firma em cartório por autenticidade ou eletronicamente através de plataformas digitais reconhecidas, tais como as assinaturas eletrônicas do Gov.br ou outros certificados digitais de pessoa física)

ANEXO X – PERFIL PSICOLÓGICO DOS CARGOS

PERFIL PSICOLÓGICO (REQUISITOS PSICOLÓGICOS)

Os requisitos psicológicos foram identificados por meio da profissiografia de cada cargo, levando em conta as atividades a serem realizadas no cumprimento do cargo.

Os requisitos psicológicos estão organizados em CONSTRUTOS e referem-se a:

- a) características psicológicas necessárias para a atividade do cargo; e
- b) características psicológicas restritivas ou impeditivas para a atividade do cargo.

1. ANALISTA DA POLÍCIA PENAL

INDICADORES PSICOLÓGICOS NECESSÁRIOS

CONSTRUTOS	DESCRIÇÃO	ESPERADO
Atenção concentrada	Capacidade de focar profundamente em uma única tarefa ou estímulo	Média ou acima
Memória visual	Capacidade de reter e recordar informações vistas	Média ou acima
Nível intelectual	Capacidade cognitiva para raciocinar, resolver problemas e compreender situações complexas	Média ou acima
Comunicação	Comunicação dentro de padrões adaptativos	Média ou acima
Altivez	Percepção quanto a sua própria capacidade e valor	Média ou acima
Dinamismo/Assertividade	Capacidade de tomar iniciativa em situações variadas e de colocar suas ideias em prática	Média ou acima
Interações sociais	Busca por situações que permitam interações	Média
Amabilidade	Empatia e comportamentos de atenção e compreensão em relação aos outros	Média
Pró-sociabilidade	Concordância com leis, regras sociais e moralidade	Média ou acima
Confiança	Confiança nas relações interpessoais e nas intenções alheias	Média ou acima
Competência	Busca por atingir seus objetivos e disposição para fazer sacrifícios pessoais para tanto	Média ou acima
Ponderação	Cuidado na forma de expressar opiniões e defender suas ideias, avaliando as consequências de suas ações	Média ou acima
Empenho	Comprometimento na realização dos trabalhos e busca de qualidade na execução das tarefas	Média ou acima
Abertura a ideias	Abertura a novos conceitos ou ideias	Média
Liberalismo	Capacidade de lidar com diferentes valores e noção de que eles podem ser relativizados	Abaixo da média ou média
Busca por novidades	Capacidade de lidar com mudanças de rotina e vivenciar novos eventos ou ações	Abaixo da média ou média

Fonte: Estudo Profissiográfico

INDICADORES PSICOLÓGICOS RESTRITIVOS		
CONSTRUTOS	DESCRIÇÃO	ESPERADO
Vulnerabilidade	Fragilidade e dependência emocional	Muito baixo ou baixo
Instabilidade	Irritabilidade e oscilações de humor	Muito baixo ou baixo
Passividade	Reduzida energia e empenho para resolver rapidamente situações	Muito baixo ou baixo
Depressão	Percepção negativa de expectativas futuras	Média ou abaixo da média
Transtorno	Condição psiquiátrica diagnosticada que causa sofrimento e prejuízo significativo no funcionamento	Ausência

Fonte: Estudo Profissiográfico

CRITÉRIO DE INAPTIDÃO POR CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS RESTRITIVAS

Será considerado INAPTO para o desempenho do cargo pelo exame psicológico, a pessoa candidata que apresentar UM indicador psicológico restritivo em DUAS OU MAIS áreas de CONSTRUTO ou mais de UM indicador psicológico restritivo dentro da mesma área de CONSTRUTO.

2. POLICIAL PENAL

INDICADORES PSICOLÓGICOS NECESSÁRIOS			
CONSTRUTOS	DESCRIÇÃO	ESPERADO	
Aspectos cognitivos	Atenção concentrada	Capacidade de focar profundamente em uma única tarefa ou estímulo	Média ou acima
	Atenção difusa	Capacidade de monitorar o ambiente de forma ampla, percebendo vários estímulos ao mesmo tempo	Média superior ou acima
	Memória visual	Capacidade de reter e recordar informações vistas	Média ou acima
	Nível intelectual	Capacidade cognitiva para raciocinar, resolver problemas e compreender situações complexas	Média ou acima
Funções executivas e o controle inibitório	Adaptação	Habilidade de ajustar-se a novas situações, regras ou ambientes	Média ou acima
	Autocrítica	Capacidade de reconhecer e avaliar os próprios erros e limitações	Média ou acima
	Autoestima	Valorização e confiança que a pessoa tem em si mesma	Média ou acima
	Autoimagem	Percepção que a pessoa tem sobre si própria, incluindo suas características e capacidades	Média ou acima
	Controle	Capacidade de gerenciar próprias emoções e impulsos em situações de pressão	Média ou acima
	Decisão	Habilidade de analisar situações e escolher um curso de ação de forma rápida e assertiva	Média ou acima
	Empatia	Capacidade de compreender e compartilhar os sentimentos de outras pessoas	Média ou acima
	Equilíbrio	Estabilidade emocional para agir de forma ponderada, sem extremos	Média ou acima
	Estabilidade	Constância nas reações emocionais e no comportamento, mesmo sob estresse	Média ou acima
	Flexibilidade	Abertura para mudar de opinião ou estratégia quando necessário	Média ou acima
Funções executivas e o controle inibitório	Maturidade	Juízo sólido e responsabilidade típicos de um adulto emocionalmente desenvolvido	Média ou acima
	Prudência	Capacidade de agir com cautela, prevendo as consequências de seus atos	Média ou acima
	Segurança	Confiança nas próprias capacidades para agir de forma determinada	Média ou acima
	Senso crítico	Capacidade de analisar informações e situações de forma objetiva e questionadora	Média ou acima
	Agressividade adequada	Capacidade de utilizar energia e assertividade controladas para imposição de autoridade quando necessário, sem hostilidade	Não pode estar exarcebada ou muito diminuída
	Ansiedade adequada	Estado de alerta e preocupação funcionais que melhoram o desempenho e a precaução, sem paralisar a ação	
	Juízo crítico e comportamento	Habilidade de avaliar situações de forma lógica e ética, agindo de modo coerente com essa análise	Média ou acima

Fontes: CFP, Resolução nº 01/2022, IN nº 78/2014-Polícia Federal e Estudo Profissiográfico

INDICADORES PSICOLÓGICOS RESTRITIVOS			
CONSTRUTOS	DESCRIÇÃO	ESPERADO	
	Depressão	Estado de humor marcado por tristeza profunda, desesperança e perda de interesse	Médio ou abaixo da média
	Distúrbio	Alteração ou funcionamento anormal que prejudica a mente, o corpo ou o comportamento	Ausência

Funções executivas e o controle inibitório	Exibicionismo	Necessidade excessiva de chamar atenção, muitas vezes de forma inadequada	Médio ou abaixo da média
	Explosividade	Tendência a ter reações agressivas ou violentas desproporcionais e súbitas	Reduzido ou ausente
	Frustração	Reação emocional intensa e negativa à incapacidade de alcançar um objetivo ou desejo	Reduzido ou ausente
	Imaturidade	Comportamento ou julgamento inadequado para a idade ou contexto, demonstrando falta de desenvolvimento emocional	Reduzido ou ausente
	Imprevisibilidade	Incapacidade de manter um padrão de comportamento consistente, tornando as ações inesperadas	Ausência
	Insegurança	Falta de confiança nas próprias capacidades, julgamentos ou para lidar com situações	Reduzido ou ausente
	Instabilidade	Falta de constância e equilíbrio nas emoções, humor e comportamento	Ausência
	Irritabilidade	Tendência a reagir com mau humor, impaciência e raiva a estímulos menores	Reduzido ou ausente
	Oposição	Resistência sistemática e não-constructiva a ordens, regras ou figuras de autoridade	Ausência
	Transtorno	Condição psiquiátrica diagnosticada que causa sofrimento e prejuízo significativo no funcionamento	Ausência
	Vulnerabilidade	Suscetibilidade aumentada a ser emocional ou psicologicamente afetado por pressões e críticas	Ausência
Funções executivas e o controle inibitório	Negativismo	Atitude constante de ver e esperar o pior, rejeitando perspectivas positivas ou soluções	Reduzido ou ausente
	Obsessividade	Fixação em pensamentos, ideias ou impulsos persistentes e indesejados	Reduzido ou ausente
	Perturbação	Alteração significativa e negativa no estado mental, emocional ou comportamental	Reduzido ou ausente
	Pessimismo	Tendência a antecipar apenas resultados desfavoráveis e a acreditar que as coisas vão dar errado	Ausência
	Conflito	Estado de oposição ou antagonismo persistente com outras pessoas ou com normas	Reduzido ou ausente
	Dissimulação	Ato de ocultar intenções, emoções ou informações reais através do engano	Ausência
	Hostilidade	Atitude de antagonismo, rancor e disposição para agir de forma agressiva	Reduzido ou ausente
	Indecisão	Dificuldade persistente e incapacitante de fazer escolhas, mesmo em situações simples	Ausência
	Influenciabilidade	Facilidade excessiva em ser persuadido ou manipulado pela opinião alheia	Reduzido ou ausente
Indicador de quaisquer transtornos que impliquem prejuízos de autocontrole	Sinais de condições que comprometem o domínio sobre impulsos, emoções e comportamentos	Ausência	

Fontes: CFP, Resolução nº 01/2022, IN nº 78/2014-Polícia Federal e Estudo Profissiográfico

CRITÉRIO DE INAPTIDÃO POR CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS RESTRITIVAS

Será considerado INAPTO para o desempenho do cargo pelo exame psicológico, a pessoa candidata que apresentar UM indicador psicológico restritivo em DUAS OU MAIS áreas de CONSTRUTO ou mais de UM indicador psicológico restritivo dentro da mesma área de CONSTRUTO.

3. TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL

INDICADORES PSICOLÓGICOS NECESSÁRIOS		
CONSTRUTOS	DESCRIÇÃO	ESPERADO
Atenção concentrada	Capacidade de focar profundamente em uma única tarefa ou estímulo	Média ou acima
Memória visual	Capacidade de reter e recordar informações vistas	Média ou acima
Nível intelectual	Capacidade cognitiva para raciocinar, resolver problemas e compreender situações complexas	Média ou acima
Comunicação	Comunicação dentro de padrões adaptativos	Média ou acima
Altivez	Percepção quanto a sua própria capacidade e valor	Média ou acima
Dinamismo/Assertividade	Capacidade de tomar iniciativa em situações variadas e de colocar suas ideias em prática	Média ou acima
Interações sociais	Busca por situações que permitam interações	Média
Amabilidade	Empatia e comportamentos de atenção e compreensão em relação aos outros	Média
Pró-sociabilidade	Concordância com leis, regras sociais e moralidade	Média ou acima
Confiança	Confiança nas relações interpessoais e nas intenções alheias	Média ou acima

Competência	Busca por atingir seus objetivos e disposição para fazer sacrifícios pessoais para tanto	Média ou acima
Ponderação	Cuidado na forma de expressar opiniões e defender suas ideias, avaliando as consequências de suas ações	Média ou acima
Empenho	Comprometimento na realização dos trabalhos e busca de qualidade na execução das tarefas	Média ou acima
Abertura a ideias	Abertura a novos conceitos ou ideias	Média
Liberalismo	Capacidade de lidar com diferentes valores e noção de que eles podem ser relativizados	Abaixo da média ou média
Busca por novidades	Capacidade de lidar com mudanças de rotina e vivenciar novos eventos ou ações	Abaixo da média ou média

Fonte: Estudo Profissiográfico

INDICADORES PSICOLÓGICOS RESTRITIVOS

CONSTRUTOS	DESCRIÇÃO	ESPERADO
Vulnerabilidade	Fragilidade e dependência emocional	Muito baixo ou baixo
Instabilidade	Irritabilidade e oscilações de humor	Muito baixo ou baixo
Passividade	Reduzida energia e empenho para resolver rapidamente situações	Muito baixo ou baixo
Depressão	Percepção negativa de expectativas futuras	Média ou abaixo da média
Transtorno	Condição psiquiátrica diagnosticada que causa sofrimento e prejuízo significativo no funcionamento	Ausência

Fonte: Estudo Profissiográfico

CRITÉRIO DE INAPTIDÃO POR CARACTERÍSTICAS PSICOLÓGICAS RESTRITIVAS

Será considerado INAPTO para o desempenho do cargo pelo exame psicológico, a pessoa candidata que apresentar UM indicador psicológico restritivo em DUAS OU MAIS áreas de CONSTRUTO ou mais de UM indicador psicológico restritivo dentro da mesma área de CONSTRUTO.

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO – LIDERANÇA

DECLARAMOS, na qualidade de líderes da Comunidade _____, situada no município de _____, Estado de _____, CEP: _____, nos termos do art. 2º Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que o(a) Sr.(a) _____, pessoa candidata inscrita no CPF nº _____, nascida(o) em ____/____/____ é integrante de nossa comunidade, com a qual mantém vínculos familiares, sociais, culturais e econômicos, sendo reconhecido(a) como **Pessoa Indígena**.

DECLARAMOS ainda, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras, cientes de que a prestação de informação e/ou apresentação de documento falso poderá ensejar as sanções penais previstas nos artigos 297, 298 e 299 do Código Penal (Decreto-Lei Federal nº 2.848/1940), bem como a invalidação deste documento, caso seja comprovada falsidade em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Local: _____, ____ de _____ de 202__.

Liderança 1

Assinatura: _____ (com reconhecimento em cartório)

Nome Completo: _____ CPF nº _____

Endereço Completo: _____

Liderança 2:

Assinatura: _____ (com reconhecimento em cartório)

Nome Completo: _____ CPF nº _____

Endereço Completo: _____

Liderança 3:

Assinatura: _____ (com reconhecimento em cartório)

Nome Completo: _____ CPF nº _____

Endereço Completo: _____

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA DE TERCEIROS

Eu, _____, (nome do morador com comprovação de residência), CPF nº _____, DECLARO para comprovação de residência, sob as penas na Lei (art. 2º da Lei Federal nº 7.115/1983), que _____, (nome da pessoa candidata), CPF nº _____, é residente e domiciliado no endereço: _____ e não possui comprovante de residência em seu nome.

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo: “Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante, Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular.”

, _____ de _____ de 202____.

Assinatura do Declarante

ANEXO XIII – PROGRAMAS – PROVA BASE**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
LÍNGUA PORTUGUESA****CARGOS: POLICIAL PENAL E ANALISTA DA POLÍCIA PENAL**

PROGRAMA: Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal nº 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
INFORMÁTICA****CARGOS: POLICIAL PENAL E ANALISTA DA POLÍCIA PENAL**

PROGRAMA: Conhecimentos do sistema operacional Microsoft Windows 10: Área de Trabalho (Exibir, Classificar, Atualizar, Resolução da tela, Gadgets) e Menu Iniciar (Documentos, Imagens, Computador, Painel de Controle, Dispositivos e Impressoras, programa Padrão, Ajuda e Suporte, Desligar, Todos os programas, Pesquisar programa e Arquivos e Ponto de Partida): saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, classificar, ver as propriedades, identificar, usar e configurar, utilizando menus rápidos ou suspensos, painéis, listas, caixa de pesquisa, menus, ícones, janelas, teclado e/ou mouse; Propriedades da Barra de Tarefas, do Menu Iniciar e do Gerenciador de Tarefas: saber trabalhar, exibir, alterar, organizar, identificar, usar, fechar programa e configurar, utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Janelas (navegação no Windows e o trabalho com arquivos, pastas e bibliotecas), Painel de Controle e Lixeira: saber exibir, alterar, organizar, identificar, usar e configurar ambientes, componentes da janela, menus, barras de ferramentas e ícones; usar as funcionalidades das janelas, programa e aplicativos utilizando as partes da janela (botões, painéis, listas, caixa de pesquisa, caixas

de marcação, menus, ícones e etc.), teclado e/ou mouse; Bibliotecas, Arquivos, Pastas, Ícones e Atalhos: realizar ações e operações sobre bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos: localizar, copiar, mover, criar, criar atalhos, criptografar, ocultar, excluir, recortar, colar, renomear, abrir, editar, enviar para, propriedades e etc.; e Nomes válidos: identificar e utilizar nomes válidos para bibliotecas, arquivos, pastas, ícones e atalhos. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Word: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões, incluindo número de páginas e palavras, erros de revisão, idioma, modos de exibição do documento e zoom; Documentos: abrir, fechar, criar, excluir, visualizar, formatar, alterar, salvar, configurar documentos, utilizado as barras de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os botões e ícones das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Correspondências, Revisão e Exibição, para formatar, personalizar, configurar, alterar e reconhecer a formatação de textos e documentos; e Ajuda: saber usar a Ajuda. Conhecimentos sobre o programa Microsoft Office 365 - Excel: Ambiente e Componentes do Programa: saber identificar, caracterizar, usar, alterar, configurar e personalizar o ambiente, componentes da janela, funcionalidades, menus, ícones, barra de ferramentas, guias, grupos e botões; Elementos: definir e identificar célula, planilha e pasta; saber selecionar e reconhecer a seleção de células, planilhas e pastas; Planilhas e Pastas: abrir, fechar, criar, visualizar, formatar, salvar, alterar, excluir, renomear, personalizar, configurar planilhas e pastas, utilizar fórmulas e funções, utilizar as barra de ferramentas, menus, ícones, botões, guias e grupos da Faixa de Opções, teclado e/ou mouse; Barra de Ferramentas: identificar e utilizar os ícones e botões das barras de ferramentas das guias e grupos Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados, Revisão e Exibição, para formatar, alterar, selecionar células, configurar, reconhecer a formatação de textos e documentos e reconhecer a seleção de células; Fórmulas: saber o significado e resultado de fórmulas; e Ajuda: saber usar a Ajuda. Google Chrome versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Google Chrome. Mozilla Firefox versão atualizada: Ambiente e Componentes do Programa: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; Funcionalidades: identificar e saber usar todas as funcionalidades do Mozilla Firefox. Microsoft Edge: identificar o ambiente, características e componentes da janela principal; identificar e usar as funcionalidades da barra de ferramentas e de status; identificar e usar as funcionalidades dos menus; identificar e usar as funcionalidades das barras de Menus, Favoritos, Botões do Modo de Exibição de Compatibilidade, Barra de Comandos, Barra de Status; e utilizar teclas de atalho para qualquer operação. Microsoft Office 365 Outlook 2016: Contas de e-mail, endereços de e-mail, escrever, enviar, responder e encaminhar mensagens, destinatário oculto, arquivos anexos, organizar e selecionar mensagens recebidas. Importar e exportar mensagens. Funcionalidade dos menus, ferramentas e teclas de atalho. Ferramentas de Inteligência Artificiais generativas.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
RACIOCÍNIO LÓGICO**

CARGOS: POLICIAL PENAL E ANALISTA DA POLÍCIA PENAL

PROGRAMA: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de padrões e lógica de argumentação, sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras. Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional. Construção de tabelas-verdade. Tautologias, contradições e contingências. Implicação lógica, equivalência lógica. Leis de De Morgan. Argumentação e dedução lógica. Sentenças abertas e operações lógicas sobre sentenças abertas. Quantificador universal, quantificador existencial, negação de proposições quantificadas. Argumentos lógicos dedutivos e argumentos categóricos.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
LEGISLAÇÃO APLICADA/DIREITO**

CARGOS: SOMENTE PARA O CARGO 24 – POLICIAL PENAL

PROGRAMA: NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL E ESPECIAL:

Constituição Federal: Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º). Direitos sociais (art. 6º a 11ª). Da administração Pública (art. 37 e 38). Defesa do Estado e das instituições democráticas: Da segurança pública (art. 144). Constituição do Estado do Rio Grande do Sul: Dos Princípios Fundamentais (art. 1º e 2º). Da Organização do Estado: Disposições Preliminares (art 3 a 7). Da Administração Pública (art. 19 a 27). Dos Servidores Públicos Civis (art. 29 a 45). Da Ordem Pública: Da Segurança Pública (art. 124 a 128). Da Polícia Penal (art. 136-A). Da Política Penitenciária (art. 137 a 139). Legislação Estadual: Lei 10.098/1994 (Dispõe sobre o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do Rio Grande do Sul): Disposições Preliminares (art. 1º a 8º). Do Provimento, Promoção, Vacância, Remoção e Redistribuição (art. 10 a 61). Dos Direitos e Vantagens (art. 62 a 109; 115 a 117; art. 128 a 129). Dos Regime Disciplinar (art. 177 a 197). Do Processo Administrativo Disciplinar (art. 198 a 223). Na sua íntegra. Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal e suas atualizações). Lei nº 13.869/2019 (Lei de abuso de autoridade e suas atualizações). Lei nº 8.429/1992 (Lei de improbidade administrativa e suas atualizações).

DIREITOS HUMANOS, SOCIEDADE E GRUPOS VULNERABILIZADOS:

Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, classificação e características. O sistema internacional de proteção e promoção dos direitos humanos. Direitos humanos na Constituição Federal de 1988. Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 (Decreto n. 7.037/2009). Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Regras de Mandela (Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos). Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes (Decreto nº 40, de 15 de fevereiro de 1991). Lei nº 12.847/2013 (Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura). Lei nº 9.455/1997 (Define os crimes contra a tortura). Sistema prisional brasileiro na contemporaneidade. O papel do sistema penitenciário nas políticas de segurança pública e de reintegração social. Direitos Humanos e grupos vulneráveis: Mulheres: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006): Disposições Preliminares. Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Das Formas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade Para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok). População negra: Os racismos individual, institucional e estrutural. Criminalização da população negra, encarceramento, letalidade policial e taxa de homicídios. Ações Afirmativas. Lei nº 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial) e Lei Estadual nº 13.694/2011 (Institui o Estatuto da Igualdade Racial e dá outras providências). Lei nº 7.716/1989 (Crimes resultantes de raça ou de cor) e Lei nº 14.532/2023 (Equiparou a injúria racial

ao crime de racismo). Pessoa idosa: Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n° 10.741/2003) e demais medidas de proteção. Pessoa com deficiência: Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) e demais medidas de proteção. População LGBTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas trans, pessoas intersexo, assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero): Violência contra a população LGBTQIAPN+ e responsabilidade penal. Princípios de Yogyakarta. Resolução Conjunta n° 01/2014, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária em Conjunto com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Tratamento nominal e retificação de registro de nascimento quanto ao nome e sexo de pessoas trans. Pessoa em situação de rua: Decreto Federal n° 7.053/2009 (Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua). Pessoa com transtorno mental: Lei n° 10.216/2001 (Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e dá direcionamentos). A política antimanicomial (Resolução n° 487/2023 - CNJ). Conceitos Fundamentais de Discriminação, Racismo, Sexismo, Etarismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIAPN+ fobia, Aporofobia, Psicofobia e Capacitismo.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO**CONHECIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO SISTEMA PRISIONAL****CARGOS: POLICIAL PENAL E ANALISTA DA POLÍCIA PENAL**

PROGRAMA: Estrutura do Sistema Prisional. Conceito e objetivos do sistema prisional. Tipos de estabelecimentos prisionais: penitenciárias, casas de detenção, centros de recuperação e unidades de internação. Classificação de detentos por gravidade do crime e regime de cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto. Organização administrativa do sistema prisional e papel da Polícia Penal. Legislação Aplicável Constituição Federal: direitos fundamentais do detento e princípio da dignidade da pessoa humana. Lei n° 7.210/1984 de Execução Penal: direitos e deveres do detento; classificação e tratamento penitenciário; trabalho e estudo no sistema prisional. Normas e portarias estaduais do Rio Grande do Sul sobre administração prisional: Lei Complementar n° 16.449/2025 (Estatuto da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul), Decreto Estadual n° 57.389/2023 (Regulamenta a remoção dos servidores das carreiras vinculadas ao Instituto-Geral de Perícias, à Polícia Civil e à Polícia Penal), Instrução Normativa n° 014/2023 GAB/SUP (Regulamenta o ingresso de visitas e materiais em Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul), Instrução Normativa n° 019/2023 GAB/SUP (Estabelece normas gerais para o pagamento de diárias de viagens e os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Penal), Instrução Normativa n° 001/2024 GAB/SUP (Institui o regulamento do material Bélico da Polícia Penal), Instrução Normativa n° 001/2025 GAB/SUP (Institui e orienta a realização de “televisitas” no âmbito da Polícia Penal), Instrução Normativa n° 002/2026 GAB/SUP (Estabelece os procedimentos relativos ao inventário, guarda, movimentações e baixa de bens patrimoniais no âmbito da Polícia Penal).

NÍVEL MÉDIO COMPLETO**LÍNGUA PORTUGUESA****CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL**

PROGRAMA: Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto Federal n° 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra.

NÍVEL MÉDIO COMPLETO**INFORMÁTICA****CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL**

PROGRAMA: Sistemas Operacionais (Microsoft Windows 10 e Windows 11): Área de trabalho, Menu Iniciar, Barra de tarefas e Gerenciador de Tarefas. Operações com arquivos, pastas, bibliotecas, ícones e atalhos (criar, copiar, mover, renomear, excluir, restaurar, propriedades e pesquisa). Painel de Controle, Lixeira e configurações básicas do sistema. Processadores de Texto (Microsoft Word 2019): Ambiente e componentes do programa. Criação, edição, formatação, salvamento e impressão de documentos. Utilização da Faixa de Opções, guias e grupos principais (Início, Inserir, Layout da Página, Referências, Revisão e Exibição). Recursos de revisão, verificação ortográfica e ajuda. Planilhas Eletrônicas (Microsoft Excel 2019): Ambiente e componentes do programa. Células, linhas, colunas, planilhas e pastas de trabalho. Criação, edição, formatação e impressão de planilhas. Fórmulas e funções básicas. Utilização da Faixa de Opções e guias principais (Início, Inserir, Layout da Página, Fórmulas, Dados e Exibição). Navegadores de Internet: Utilização, ambiente e funcionalidades principais do Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge (menus, barra de endereços, favoritos, histórico, guias, downloads, configurações e teclas de atalho). Correio Eletrônico: Conceitos e funcionalidades básicas de e-mails. Uso dos programas Microsoft Outlook 2016 e Gmail: contas, envio, resposta, encaminhamento, anexos, cópia oculta, organização de mensagens, importação e exportação. Segurança e Internet:

Noções de segurança digital, privacidade, senhas, links suspeitos, vírus, malwares, phishing e cuidados com redes sociais. Inteligência Artificial: Conceitos fundamentais de IA. Aplicações práticas do uso de IA no cotidiano. Modelos de IA generativa e assistentes digitais. Utilização básica de ferramentas de IA para apoio à escrita, organização, pesquisa e produtividade. Funcionamento geral de algoritmos de recomendação e busca. Cuidados com o uso de IA, privacidade e limites éticos. Reconhecimento de deepfakes e conteúdos manipulados. Noções de segurança e verificação de informações geradas por IA.

**NÍVEL MÉDIO COMPLETO
RACIOCÍNIO LÓGICO**

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL

PROGRAMA: Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações. Identificação de padrões e lógica de argumentação, sequências lógicas de números, letras, palavras e figuras. Diagramas lógicos. Proposições e conectivos: conceito de proposição, valores lógicos das proposições, proposições simples, proposições compostas. Operações lógicas sobre proposições: negação, conjunção, disjunção, disjunção exclusiva, condicional, bicondicional.

**NÍVEL MÉDIO COMPLETO
LEGISLAÇÃO APLICADA AO DIREITO**

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL

PROGRAMA: Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências (com alterações posteriores). Lei Federal nº 12.288, de 20 de julho de 2010 – Estatuto da Igualdade Racial. Lei Estadual nº 13.694, de 19 de janeiro de 2011 – Estatuto Estadual da Igualdade Racial e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988: - Dos Princípios Fundamentais: Artigos: 1º; 2º; 3º e 4º; - Dos Direitos e Garantias Fundamentais: Artigos: 5º; 6º; 7º; 8º; 9º; 10º; 14; 15; 16; e 17; - Da Organização do Estado: Da União: Artigos: 21; 22; 23 e 24; Dos Estados Federados: Artigos: 25; 26; 27 e 28; - Da Administração Pública: Artigos: 37; 38; 39; 40 e 41; - Do Poder Judiciário - Disposições Gerais: Artigos: 92; 93; 94; 95; 96; 97; 98; 99 e 100; - Dos Tribunais e Juizes dos Estados: Artigos: 125 e 126; - Do Ministério Público: Artigos: 127; 128 e 129; - Da Advocacia Pública: Artigos: 131 e 132; - Da Advocacia e Defensoria Pública: Artigos: 133 e 134; - Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Da Segurança Pública: Artigo 144. Lei Federal nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989 – Dispõe sobre a prisão temporária. Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Institui a Lei de Execução Penal (com alterações posteriores). Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências (com alterações posteriores). Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Lei Federal nº 8.072, de 25 de julho de 1990 - Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências (com alterações posteriores). Lei Federal nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de improbidade administrativa (com redação dada pela Lei nº 14.230/2021). Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Lei Federal nº 9.455, de 7 de abril de 1997 - Define os crimes de tortura e dá outras providências. Lei Federal nº 10.216, de 6 de abril de 2001 - Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 - Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Lei Federal nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 - Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad. Declaração Universal dos Direitos Humanos - Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal: Da Aplicação da Lei Penal; Da Imputabilidade Penal; Do Concurso de Pessoas; Das Penas; Das Medidas de Segurança; Da Ação Penal; Da Extinção da Punibilidade; Dos Crimes Contra a Pessoa; Dos Crimes Contra o Patrimônio; Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual; Dos Crimes Contra a Paz Pública; Dos Crimes Contra a Fé Pública; Dos Crimes Contra a Administração Pública. Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992 - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). Decreto nº 46.534, de 04 de agosto de 2009 - Dispõe sobre o Regimento Disciplinar Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul. Resolução nº 14, de 11 de novembro de 1994 - Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 3 de outubro de 1989: - Dos Princípios Fundamentais: Artigos: 1º e 2º; - Da Organização do Estado: Disposições Preliminares: Artigos: 3º; 5º; 6º e 7º; - Da Administração Pública: Artigos: 19; 20; 21; 23; 24; 26 e 27; - Dos Servidores Públicos Civis: Artigos: 29; 30; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 44 e 45; - Do Poder Legislativo: Disposições Gerais: Artigo 49; - Das Atribuições da Assembleia Legislativa: Artigo 52; - Do Poder Executivo: Artigo 78; - Das Atribuições do Governador: Artigo 82; - Dos Secretários de Estado: Artigos: 85; 86; 87 e 90; - Do Poder Judiciário: Disposições Gerais: Artigos: 91; 92 e 93; - Do Tribunal de Justiça: Artigo 94; - Dos Juizes de Primeiro Grau: Artigos: 98 e 99; - Do Ministério Público: Artigos: 107; 108; 109 e 111; - Da Advocacia-Geral do Estado: Artigos: 114 e 115; - Da Defensoria Pública: Artigos: 120 e 122; - Da Segurança Pública: Artigos: 124; 125; 126 e 127; - Da Brigada Militar: Artigo 129; - Da Polícia Civil: Artigos: 133; 134; 135; - Do Instituto-Geral de Perícias: Artigo 136; - Da Política Penitenciária: Artigos: 137; 138 e 139. Decreto Estadual nº 48.598, de 2011 - Dispõe sobre a inclusão da temática de gênero, raça e etnia nos concursos públicos no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

**NÍVEL MÉDIO COMPLETO
CONHECIMENTOS GERAIS RELATIVOS AO SISTEMA PRISIONAL
CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA POLÍCIA PENAL**

PROGRAMA: Estrutura do Sistema Prisional. Conceito e objetivos do sistema prisional. Tipos de estabelecimentos prisionais: penitenciárias, casas de detenção, centros de recuperação e unidades de internação. Classificação de detentos por gravidade do crime e regime de cumprimento de pena: fechado, semiaberto e aberto. Organização administrativa do sistema prisional e papel da Polícia Penal. Legislação Aplicável Constituição Federal: direitos fundamentais do detento e princípio da dignidade da pessoa

humana. Lei nº 7.210/1984 de Execução Penal: direitos e deveres do detento; classificação e tratamento penitenciário; trabalho e estudo no sistema prisional. Normas e portarias estaduais do Rio Grande do Sul sobre administração prisional: Lei Complementar nº 16.449/2025 (Estatuto da Polícia Penal do Estado do Rio Grande do Sul), Decreto Estadual nº 57.389/2023 (Regulamenta a remoção dos servidores das carreiras vinculadas ao Instituto-Geral de Perícias, à Polícia Civil e à Polícia Penal), Instrução Normativa nº 014/2023 GAB/SUP (Regulamenta o ingresso de visitas e materiais em Estabelecimentos Prisionais do Estado do Rio Grande do Sul), Instrução Normativa nº 019/2023 GAB/SUP (Estabelece normas gerais para o pagamento de diárias de viagens e os procedimentos a serem adotados no âmbito da Polícia Penal), Instrução Normativa nº 001/2024 GAB/SUP (Institui o regulamento do material Bélico da Polícia Penal), Instrução Normativa nº 001/2025 GAB/SUP (Institui e orienta a realização de “televisitas” no âmbito da Polícia Penal), Instrução Normativa nº 002/2026 GAB/SUP (Estabelece os procedimentos relativos ao inventário, guarda, movimentações e baixa de bens patrimoniais no âmbito da Polícia Penal).

ANEXO XIV – PROGRAMAS – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 01: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: Fundamentos da Administração: funções administrativas: planejar, organizar, dirigir e controlar; eficiência, eficácia e efetividade. A tecnologia e sua administração. Organogramas. Fluxogramas. *Benchmarking*. *Empowerment*. Ciclo PDCA. Planejamento Estratégico. *Balanced Scorecard* (BSC). Gerenciamento pelas diretrizes (GPD). Análise de cenários e de ambiente. Matriz SWOT. Matriz GUT. Implementação de estratégias. Tipos de indicadores. Sistemáticas de Monitoramento e Avaliação. Ferramentas de Gestão. Disfunções da burocracia. Organização, Sistemas e Métodos: Gestão de Processos. Gestão de Projetos. Função do Projeto nos Estudos Organizacionais. Manualização. Técnicas de Estruturação. Arquitetura Organizacional. Qualidade. Ferramentas da Qualidade. Reengenharia. Mudança Organizacional. Administração de Recursos Humanos: treinamento e desenvolvimento de pessoal. Desenho de cargos. Descrição e análise de cargos. Avaliação de desempenho. Plano de carreira. Planos de metas e recompensas. Administração de cargos e salários. Planos de benefícios sociais. Qualidade de vida no trabalho. Planejamento estratégico de recursos humanos. Banco de dados e sistemas de informação em recursos humanos. Administração de Materiais: gestão de estoques - custos dos estoques, estoques de segurança, sistemas de controle de estoques. Gestão de materiais: almoxarifado, armazenagem e movimentação de materiais. Compras - organização e objetivos, parcerias e contratos. Logística. Centros de distribuição e movimentação física. Cadeia de suprimentos. *Just In Time* na Logística. Gestão de Tecnologia da Informação: conceitos de Tecnologia da Informação; conceitos e gerenciamento; gerenciamento de dados e conhecimento; computação em rede; processamento de transações, aplicações funcionais e integração; sistemas de suporte gerencial. Administração Financeira e Orçamentária: conceitos; princípios orçamentários e características do orçamento tradicional, do orçamento de base zero, do orçamento de desempenho e do orçamento programa; instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA; ciclo orçamentário; conceituação da receita e da despesa pública; classificação da receita pública orçamentária por categoria econômica no Brasil; classificação das despesas orçamentárias, segundo a finalidade, natureza e agente (classificação funcional, por estrutura programática, por natureza e institucional); estágios da receita e da despesa orçamentária; créditos adicionais. Lei Federal nº 4320/1964 (Lei do orçamento público) e alterações. Lei Federal complementar nº 101/2000 (Lei da responsabilidade fiscal) e alterações. Legislação: Direito Administrativo: Administração Pública, Atos Administrativos e Poderes Administrativos. Direito do Trabalho (CLT). Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei da improbidade administrativa). Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Lei Federal nº 12.527/2011 (Regula o acesso a informações). Lei Federal nº 9.784/1999 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal).

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGO 02: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ARQUITETURA

PROGRAMA: Tipos de representação do projeto de arquitetura (NBR 16.636-1/2017 e NBR 16.636-2/2017). Desenho técnico. NBR 16.861/2020. NBR 16.752/2020. NBR 6.492/2021. NBR 17.006/2021. NBR 17.068/2022. Noções e aplicações de AutoCAD, SketchUp, Revit. Fundamentos do Building Information Modeling (BIM). Elaboração de projetos de arquitetura. Programa de necessidades/fluxograma. Implantação. Circulações e áreas restritas. Modulação e racionalização da construção. Divisão espacial e layout de ambientes. Ergonomia. Conforto ambiental (térmico, luminoso e acústico). Ventilação e exaustão. Absorção, transmissão e reflexão térmica. 6.11 Iluminação natural e artificial. Noções de acústica (reverberação, eco, reflexão, absorção, isolamento e intensidade sonora). Desempenho segundo NBR nº 15.575. Materiais e técnicas construtivas. Organização e projeto do canteiro de obras. Projeto de detalhamento, especificações e caderno de encargos. Sistemas construtivos e estruturais. Coberturas e impermeabilizações. Vedações. Alvenarias. Esquadrias. Pinturas e revestimentos. Piso, paredes e forro. Escadas e corrimãos (dimensionamento). Instalações elétricas. Instalações hidrossanitárias. Acessibilidade nas edificações. Prevenção contra incêndio. Projetos e procedimentos. Patologias das construções. Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011 – Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal (Ministério da Justiça). PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E NORMAS: Ética e atribuição profissional do arquiteto urbanista. Responsabilidade técnica. Análise e interpretação de documentação técnica. Projetos, diário de obras, caderno de encargos, contratos administrativos. Análise e compatibilização de projetos. Fiscalização de obras e serviços. Recebimento (provisório e definitivo). Medições e emissão de fatura. Documentação da obra (diários, documentação e RRT). Orçamento e composição de custos. Cronograma físico-financeiro. Avaliação de custos e fontes de referência oficiais (SINAPI, SICRO). Orçamento analítico e sintético. Curva ABC. Composição analítica de serviços. BDI. Cálculo dos encargos sociais. Licitação e contratos públicos. Estudo técnico preliminar, anteprojeto, termo de referência, projeto básico e projeto executivo. Contratos administrativos de obras públicas. Legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia. 10.1 Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. 10.2 Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. 10.3 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações. 10.4 10.5 Lei Federal nº 10.098/2000 (promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida). Legislação ambiental. Estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA). Resolução CONAMA nº 237/1997. Resolução CONAMA nº 1/1986 e suas alterações. Estudo de impacto de vizinhança (EIV). Licenciamento ambiental. Gestão de Projetos.

NÍVEL SUPERIOR COMPLETO CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CARGOS 03 E 21: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E

TECNOLOGIA

PROGRAMA: Análise de Sistemas: análise, projeto e desenvolvimento de sistemas de informação utilizando os conceitos, metodologias, arquiteturas, técnicas, fases e ferramentas, diagramas e notações da Análise e Projeto Orientados a Objeto (Processo Unificado e Linguagem de Modelagem Unificada - UML) e Metodologia ou Framework Ágil (Scrum e XP). Qualidade de Software; Teste de Software. Testes unitários. Testes de caixa branca e preta. Engenharia de Requisitos. Modelagem de processos. Técnicas e Linguagens de Programação: programação orientada a objetos, acesso a banco de dados; Linguagens PHP, HTML, CSS e JavaScript. Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD): Arquitetura de um SGBD (características, componentes, funcionalidades, vantagens e desvantagens); Banco de dados: fundamentos características, componentes e funcionalidades; Modelos de Bancos de Dados; Projeto de Banco de Dados: conceitual, lógico e físico; Modelo relacional e modelo entidade relacionamento; Álgebra Relacional; Linguagem de consulta estruturada (SQL): Comandos da DDL, DML, DCL, DTL e DQL; Projeto de banco de dados relacional: indexação, custo de processamento de consultas, transações, controle de concorrência e regras de integridade. Algoritmos e Estrutura de Dados: Fundamentos de lógica de programação: tipos de dados, expressões, estruturas de controle e repetição, pseudocódigos, fluxogramas; Estruturas de dados homogêneas e heterogêneas: representação e manipulação de matrizes, listas, filas, pilhas e árvores. Conceitos de segurança da informação: Conceitos Básicos: confidencialidade, integridade e disponibilidade; Criptografia; Certificação Digital; Assinatura Digital; Conceitos de Firewall, IPS e IDS. Conceitos sobre Redes de Computadores. Redes LAN, WAN e MAN; Protocolos de Rede: SSH, HTTPS, HTTP, DNS; Equipamentos de rede: switches e roteadores. Segurança, Golpes e Ataques na Internet. Códigos Maliciosos (Malwares). Segurança de computadores. Normas 27001 e 27002.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CARGO 04: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PROGRAMA: Noções de Administração Pública. Administração Direta e Indireta: Características, princípios constitucionais. Licitações Públicas: Conceito, modalidades, limites, características, dispensas, inexigibilidades, contratos, sanções, tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte. Parceria Público Privada. Contabilidade Geral: Princípios de Contabilidade; Estrutura Conceitual da Contabilidade; Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, composição patrimonial e situações patrimoniais; Atos administrativos e fatos contábeis. Origem e aplicação dos recursos. Contas: Conceito, classificação e funcionamento. Contas patrimoniais e de resultados. Plano de Contas. Débito, crédito e saldo. Contas de receitas e despesas. Receitas e despesas antecipadas; Escrituração Contábil: Método das Partidas Dobradas. Análise das Demonstrações Financeiras. Análise dos indicadores econômico-financeiros básicos (liquidez, lucratividade, margem e rentabilidade, atividade, estrutura e endividamento). Estrutura e aspectos contábeis do Fluxo de Caixa. Demonstração do Fluxo de Caixa – método indireto e método direto: análise, entendimento e integração com as demonstrações básicas. Contabilidade Pública, Orçamento Público e Responsabilidade Fiscal: Conceitos Gerais, campos de atuação, regimes contábeis, Princípios e Fundamentos Legais, Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, Sistemas Contábeis: orçamentário, patrimonial, financeiro e de compensação e Subsistemas de Informações Contábeis. Sistemas de Contas: conceito, nomenclatura e função das contas. Receita Pública e Despesa Pública: conceito; classificação; enfoque orçamentário, patrimonial, fiscal e extra orçamentário; estágios e fases; momento de reconhecimento e critérios de registro. Suprimento de fundos. Restos a Pagar. Limites. Transferências Voluntárias e Destinação de Recursos Públicos para o Setor Privado, Dívida Ativa, Dívida Pública e Endividamento, Transparência, Controle e Fiscalização, Composição do Patrimônio Público, Gestão Patrimonial, Mensuração de Ativos e Passivos, Variações Patrimoniais, Contabilização das transações no setor público. Escrituração contábil: Classificação e metodologia das contas nos sistemas. Método das partidas dobradas. Lançamentos Típicos do Setor Público. Lançamentos, conceito e elementos essenciais; fórmulas de lançamentos; erros de escrituração e suas retificações. Registro Contábil. Operações de encerramento do exercício. Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público: Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Resultado Econômico, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Depreciação, Notas Explicativas, Consolidação. Resultado e economia orçamentária. Patrimônio público: conceito, bens públicos, direitos e obrigações das entidades públicas, consolidação do patrimônio público, variações patrimoniais as ativas e as passivas. Orçamento Público: conceito geral, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios, suas divisões e mecanismos retificadores, Processo Orçamentário, Planejamento, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Classificação Orçamentária, Sistema e Princípios Orçamentários. Proposta Orçamentária, Planejamento, Programação e Execução do Orçamento, Controle Interno e Externo, Exercício Financeiro, Créditos Adicionais, Cumprimento das Metas, Receitas e Despesas, Vinculações Constitucionais. Fundos Especiais. Limites. Licitação: conceito, tipos e modalidades. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência indicação e especificação de recursos. Auditoria Governamental: Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, Objetivos, Abrangência, Formas e Tipos de Auditoria Governamental, Normas Fundamentais de Auditoria, Plano/Programa, Técnicas, Achados e Evidências de Auditoria, Papéis de Trabalho, Parecer e Relatório de Auditoria. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de responsabilidade fiscal) e alterações.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****CARGO 05: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – CIÊNCIAS SOCIAIS**

PROGRAMA: Sociologia e conhecimento: Sociologia como ciência, objeto, métodos e especificidades. Contexto histórico de surgimento da Sociologia: modernidade, revoluções industrial e francesa. Relações entre senso comum, ideologia e conhecimento científico. Paradigmas sociológicos clássicos e contemporâneos. Contribuições de Émile Durkheim: fato social, solidariedade mecânica e orgânica, anomia, método sociológico. Contribuições de Karl Marx: materialismo histórico-dialético, modo de produção, mais-valia, alienação, luta de classes. Contribuições de Max Weber: ação social, tipos ideais, dominação legítima, ética protestante e racionalização. Relações e distinções entre as abordagens clássicas. Desigualdade social e políticas públicas: teorias da estratificação social (classe, status e poder). Desigualdades sociais no capitalismo contemporâneo. Pobreza, exclusão social e mobilidade social. Desigualdades regionais, raciais e de gênero no Brasil. Indicadores sociais (IDH, índice de Gini, entre outros) e análise crítica. Estado de bem-estar social e modelos de proteção social. Políticas públicas: formulação, implementação e avaliação. Políticas de saúde, educação e assistência social no Brasil. Avaliação de políticas públicas e impactos sociais. Cultura e sociedade:

conceito antropológico e sociológico de cultura. Cultura como sistema simbólico e construção social. Cultura popular, erudita e de massas: distinções e interações. Indústria cultural e sociedade de consumo. Cultura, ideologia e hegemonia. Diversidade cultural, etnocentrismo e relativismo cultural. Socialização e controle social: processos de socialização e formação do indivíduo. Socialização primária e secundária. Instituições sociais e agentes de socialização. Normas sociais, valores, papéis e identidade social. Controle social: mecanismos formais (Estado, leis) e informais (costumes, moral). Desvio social: teorias sociológicas (funcionalista, interacionista e crítica). Sanções sociais e regulação do comportamento. Estado, poder e cidadania: teorias clássicas e contemporâneas do Estado. Formação do Estado moderno. Poder, dominação e legitimidade. Estado e sociedade civil. Democracia: conceitos, tipos e limites. Cidadania: direitos civis, políticos e sociais. Participação política, movimentos sociais e controle democrático. Educação e gestão dos processos educativos: educação como fenômeno social. Teorias sociológicas da educação. Funções sociais da escola: reprodução e transformação social. Desigualdades educacionais e acesso à educação. Políticas educacionais no Brasil: estrutura e diretrizes. Planejamento educacional: níveis, etapas e instrumentos. Avaliação institucional e da aprendizagem. Gestão democrática da educação. Organização do trabalho pedagógico e práticas educativas.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 06: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – DIREITO

PROGRAMA: DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: princípios fundamentais. Teoria da Constituição. Classificação das Constituições. Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Da organização político administrativa: das competências da União, Estados e Municípios. Da organização do Estado. Do Poder Legislativo: Do Congresso Nacional. Atribuições do Congresso Nacional, Da Câmara dos Deputados. Do Senado Federal. Dos Deputados e Senadores. Das reuniões e das comissões. Processo legislativo. Do Poder Executivo. Do Poder Judiciário. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Públicas. Da Defesa do Estado e das instituições democráticas. Da Tributação e do Orçamento. Da Ordem Social: Da Saúde. **DIREITO ADMINISTRATIVO:** Administração Pública Direta: espécies de órgãos públicos. Administração Pública Indireta: autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas. Concessionárias e permissionárias. Agências Executivas e Reguladoras. Conselhos de Fiscalização Profissional. Princípios que regem a Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, dignidade da pessoa humana, boa-fé, igualdade, continuidade do serviço público e segurança jurídica. Atos Administrativos: noção, atributos, elementos, classificação, perfeição, eficácia e validade. Espécies. Extinção. Controle judicial dos atos administrativos. Processo Administrativo: noção, princípios aplicáveis, a procedimentalização das decisões administrativas. Processo Administrativo Disciplinar. Processo sumário. Poderes Administrativos: Poder de Polícia, Poder Disciplinar, Poder Hierárquico, Poder Vinculado, Poder Discricionário e Poder Regulamentar. Agentes Públicos: noção e classificação. Espécies de regimes jurídicos: institucional e contratual. Regras constitucionais aplicáveis aos servidores públicos. Licitação Pública: conceito, finalidade, princípios, objeto, obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade. Procedimento, anulação e revogação da licitação. Modalidades de licitação. Sanções penais na licitação. Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Contratos Administrativos: conceitos, peculiaridades e interpretação. Formalização do contrato administrativo: instrumento, conteúdo, cláusulas essenciais ou necessárias, garantias para a execução do contrato, modalidades de garantia. Execução do contrato administrativo: direitos e obrigações das partes, acompanhamento da execução do contrato, extinção, prorrogação e renovação do contrato. Inexecução, revisão, suspensão e rescisão do contrato. Serviço Público: conceito e classificação. Regulamentação e controle. Requisitos do serviço e direitos do usuário. Competência para prestação do serviço. Formas e meios de prestação do serviço. Convênios e consórcios administrativos. Concessão, permissão e autorização. Lei nº 8.987/95. Domínio Público: conceito e classificação dos bens públicos. Administração dos bens públicos. Utilização dos bens públicos. Alienação dos bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração dos bens públicos. Intervenção na propriedade e atuação no domínio econômico. Desapropriação. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Responsabilidade civil do Estado. Controle da administração: conceito, tipos e formas de controle. Responsabilidade fiscal. Controle da Administração Pública: controle interno (autotutela); controle externo realizado pelos Tribunais de Contas; controle externo exercido pelo Ministério Público; controle jurisdicional. Servidores Públicos: agentes públicos; classificação dos agentes públicos (cargo, emprego e função pública); normatização constitucional aplicável; Lei nº 8.429/1992 – Improbidade Administrativa (com alterações posteriores). Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção. Jurisprudência consolidada dos tribunais superiores – STF/STJ. **DIREITO PENAL:** Princípios gerais do direito penal. Relações com outros ramos do direito. Da Aplicação da Lei Penal. Lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime. Teoria geral do crime. Classificações das infrações penais. Conceituação de crime e seus elementos. Iter criminis. Bem jurídico. Fato típico. Conduta. Resultado. Nexo de causalidade. Tipicidade, tipicidade conglobante. Princípio da insignificância. Teorias do tipo. Crime doloso, crime culposo, crimes qualificados pelo resultado. Ilícitude. Culpabilidade. Crime consumado e tentativa. Desistência voluntária, arrependimento eficaz, arrependimento posterior e crime impossível. Teoria da imputação objetiva. Erro de tipo e erro de proibição. Concurso de pessoas. Teoria geral da pena. Funções e fundamentos da pena. Penas privativas de liberdade. Penas restritivas de direito. Das medidas de Segurança. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Concurso de infrações. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medida de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade. Crimes em espécie. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Crimes contra o Estado Democrático de Direito. Jurisprudência consolidada dos tribunais superiores – STF/STJ. **DIREITO PROCESSUAL PENAL:** Direitos e garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal. Princípios processuais penais. Aplicação do direito processual penal no tempo, no espaço e com relação às pessoas. Inquérito policial. Ação penal. Acordo de não persecução penal. Sujeitos do processo, juiz, Ministério Público, acusado e seu defensor, assistente, auxiliares da justiça, peritos e intérpretes, serventuários da justiça, impedimentos e suspeições. Jurisdição e competência. Provas, conceito, objeto, classificação e sistemas de avaliação. Princípios gerais da prova, procedimento probatório e ônus da prova. Lícitude e ilicitude. Prova virtual. Prisão, medidas cautelares pessoais e reais e liberdade provisória. Conceito, espécies, mandado de prisão e cumprimento. Prisões em flagrante, preventiva e temporária.

Prisão especial. Uso de algemas. Juiz das garantias. Audiência de custódia. Processo comum. Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. Citação e intimação. Sentença, coisa julgada, habeas corpus e mandado de segurança em matéria criminal. Questões e processos incidentes, prejudiciais e exceções, suspeição e impedimento, incidente de insanidade mental. **LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL:** Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) e suas alterações. Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997). Tráfico ilícito e uso indevido de drogas (Lei nº 11.343/2006). Crimes hediondos (Lei nº 8.072/1990). Crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei nº 7.716/1989). Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019). Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Lavagem de capitais (Lei nº 9.613/1998). Juizados especiais (Lei nº 9.099/1995 e Lei nº 10.259/2001). Crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/1997). Organização criminosa (Lei nº 12.850/2013). Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89). Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/2006). Lei do Terrorismo (Lei nº 13.260/2016). Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). Jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. **CRIMINOLOGIA:** Conceito. Escolas Criminológicas. Objetos da criminologia: delito, criminalidade, criminoso, vítima, controle social e reação social. Funções da criminologia. Classificação e finalidade da criminologia. Relações entre criminologia, política criminal e direito penal. Modelos de reação ao crime. Criminologia Cultural. Criminologia clínica. Criminologia Feminista. Criminologia Queer. Estigmatização das vítimas: síndromes de Estocolmo, de Londres, da mulher de Potifar, Fenômeno de Escotoma, vitimologia e violência doméstica. Bullying e Cyberbullying. Assédio moral. Stalking e Cyberstalking. Discursos punitivos. Tolerância zero. Direito penal do inimigo. Punitivismo e populismo penal. Política criminal atuarial. Abolicionismo, direito penal mínimo e Justiça Restaurativa. Processos de criminalização: primária, secundária e terciária. Criminologia racial: racismo estrutural e seletividade penal. Mídia e criminalidade: novas mídias e novas tecnologias. **DIREITO CIVIL:** Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Das Pessoas Naturais: Da personalidade e da capacidade; Dos direitos da personalidade. Das Pessoas Jurídicas. Do Domicílio. Dos Bens. Bens considerados em si mesmos. Móveis e imóveis. Fungíveis e consumíveis. Divisíveis. Singulares e coletivos. Bens reciprocamente considerados. Principais e acessórios. Benfeitorias e sua classificação. Bens públicos. Dos fatos jurídicos. Negócio jurídico. Disposições gerais. Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Características e consequências. Invalidez do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Decadência. Prazo. Prova dos fatos jurídicos. Dos atos jurídicos lícitos e dos atos ilícitos. Requisitos de configuração do ato ilícito. Excludentes do ato ilícito. Da responsabilidade civil. Obrigação de indenizar. Elementos essenciais à responsabilidade civil. Responsabilidade sem culpa e atividades perigosas. Responsabilidade civil por ato ou fato de terceiro. Indenização. Jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 07: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – EDUCAÇÃO FÍSICA

PROGRAMA: Fundamentos da Educação Física: Aspectos históricos, sociais, culturais e políticos da Educação Física no Brasil; Concepções pedagógicas e abordagens contemporâneas da área; Pluralidade cultural, inclusão e diversidade nas práticas corporais; Dimensões Pedagógicas e Didáticas: Didática geral e específica da Educação Física; Planejamento, execução e avaliação de programas e atividades físicas; Métodos e técnicas de ensino-aprendizagem; Organização e manejo de grupos em diferentes contextos e com recursos variados. Desenvolvimento Humano e Psicomotricidade: Fases do desenvolvimento humano; Aprendizagem e desenvolvimento motor; Psicomotricidade e suas aplicações; Adaptações motoras para diferentes públicos. Jogos, Esporte e Lazer: Fundamentos de jogos e esportes individuais e coletivos; Jogos cooperativos, recreativos e competitivo; Educação para o lazer; Organização de eventos esportivos e culturais (torneios, festivais, competições) Corpo, Saúde e Fisiologia do Exercício: Fisiologia do exercício - sistemas corporais e respostas ao treinamento físico; Atividade física, saúde e qualidade de vida; Noções de prescrição e monitoramento de exercícios para diferentes populações; Medidas, testes e avaliação física. Ética e Atuação Profissional: Código de Ética do Profissional de Educação Física; Responsabilidade técnica e atuação interdisciplinar; Postura, sigilo e conduta profissional. Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Política Antimanicomial e princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; Resolução CNJ nº 487/2023 – Diretrizes para alternativas penais, tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 08: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ENFERMAGEM

PROGRAMA: Fundamentos e Processo de Enfermagem: Sistematização da Assistência de Enfermagem; Diagnóstico de Enfermagem; Educação Permanente em Saúde. Legislação em Enfermagem e normativas do exercício profissional; Atenção Primária à Saúde (APS): princípios, organização do cuidado, linhas de cuidado e abordagem integral; Estratégia Saúde da Família: processo de trabalho, acolhimento, longitudinalidade e coordenação do cuidado. Administração e Gestão em Saúde: Organização e gestão dos serviços de saúde; Gestão de materiais, insumos e equipamentos em serviços de saúde; Práticas de segurança do paciente (Programa Nacional de Segurança do Paciente); Política Nacional de Humanização; Processos de trabalho e responsabilidade profissional. Assistência de Enfermagem em Situações Clínicas: Cuidados gerais de enfermagem - administração de medicamentos, terapia medicamentosa segura, manejo de sondas, drenos e cateteres, cuidados com feridas, terapia respiratória, conforto e sinais vitais; Farmacologia básica aplicada à Enfermagem: classes medicamentosas usuais, efeitos adversos e segurança na administração; Atendimento ao paciente cardiológico; Assistência de Enfermagem ao adulto com condições crônicas: hipertensão, diabetes, doenças respiratórias crônicas, obesidade e tabagismo; Assistência no pré-natal e puerpério; Saúde da mulher e saúde do homem: promoção, prevenção e cuidados clínicos; Atenção à saúde da pessoa idosa: fragilidade, avaliação funcional e prevenção de quedas; Saúde mental: princípios, avaliação, manejo e intervenções de enfermagem; Cuidados de enfermagem a pacientes com transtornos mentais, transtornos relacionados ao uso de substâncias e situações de crise. Doenças Transmissíveis, Vigilância e Imunização: Assistência em HIV, AIDS, hepatites virais e outras ISTs; Prevenção e controle de doenças

infectocontagiosas; Vigilância epidemiológica e vigilância em saúde; Notificação compulsória: princípios, agravos de notificação e fluxo de vigilância (SINAN); Limpeza, assepsia, desinfecção e esterilização de materiais; Biossegurança: medidas de proteção individual e coletiva, precauções padrão e manejo de acidentes com material biológico; Calendário Nacional de Vacinação; Urgência, Emergência e Trauma: Suporte Básico e Avançado de Vida em pacientes adultos e pediátricos; Suporte Básico e Avançado de Vida no Trauma; Atendimento Pré-Hospitalar Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Política Antimanicomial e princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; Resolução CNJ nº 487/2023 – Diretrizes para alternativas penais, tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 09: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ENGENHARIA AGRONÔMICA

PROGRAMA: Fertilidade, manejo e Conservação dos Solos: princípios de fertilidade do solo e conservação; avaliação da fertilidade do solo; amostragem e interpretação análises; principais elementos e suas funções; Fertilizantes e corretivos. Entomologia e Defensivos Agrícolas: precauções no manuseio de defensivos; precauções durante e após a aplicação; toxicologia; métodos de controle de pragas; principais pragas das culturas. Manejo Integrado de Doenças, Pragas e Plantas Daninhas: conceitos; método de determinação de danos e perdas; monitoramento espaço-temporal; previsão de doenças; controle doenças; manejo integrado de pragas; manejo integrado de plantas daninhas. Lavouras anuais: cultivo; manejo e produção. Olericultura: principais grupos/famílias de plantas utilizadas: herbáceas, raízes, bulbos e frutos; fatores climáticos e sua importância; tipos de propagação; nutrição mineral; irrigação; controle fitossanitário; comercialização. Fruticultura: principais espécies/culturas; técnicas de propagação; adubação; condução dos pomares; colheita; armazenagem. Fitopatologia: princípios e conceitos; importância e natureza das doenças; principais agentes causais; sintomatologia e diagnose doenças; relações patógeno-hospedeiro; epidemiologia e controle. Plantas Daninhas: princípios gerais; métodos de controle; dinâmica de herbicidas; mecanismos de ação dos herbicidas. Meteorologia Agrícola: crescimento e desenvolvimento das plantas; radiação solar; temperatura do ar e do solo; geadas e vento nas plantas cultivadas; proteção das plantas contra efeitos adversos do tempo. Insumos agrícolas (sementes, mudas e agrotóxicos e afins): Legislação de sementes, mudas e agrotóxicos. Produção de sementes e mudas. Toxicologia e classificação dos agrotóxicos. Receituário agrônomo. Tecnologia e segurança na aplicação de agrotóxicos. Resíduos de agrotóxicos nos alimentos. Descarte de embalagens vazias de agrotóxicos. Silvicultura: principais usos da madeira de reflorestamento; espécies indicadas; produção sementes e mudas; propagação vegetativa; implantação de florestas exóticas; manejo de espécies florestais. Planejamento e licenciamento ambiental. Legislação ambiental. Código Estadual do Meio Ambiente. Código Florestal Brasileiro. Zoneamento ambiental.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 10: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ENGENHARIA AMBIENTAL

PROGRAMA : Fundamentos de Engenharia Ambiental. Princípios, ecologia, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Ética profissional e responsabilidade socioambiental. Ecossistemas. Planejamento e Gestão Ambiental. Avaliação de impacto ambiental (AIA). Estudo de impacto ambiental (EIA). Relatório de impacto ambiental (RIMA). Gestão de áreas contaminadas. Auditorias e Fiscalização. Análise do ciclo de vida. Tecnologias e Controle Ambiental. Impactos ambientais. Prevenção e controle da poluição do ar, da água e do solo. Tratamento e destinação de efluentes e resíduos sólidos. Caracterização e recuperação de áreas degradadas. Mudanças climáticas. Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL. Sistemas de informação geográfica (SIG, ArcGIS, QGIS) para monitoramento e planejamento ambiental. Hidrologia e Recursos Hídricos. Ciclo hidrológico, recursos hídricos e hidrologia urbana. Bacias hidrográficas. Monitoramento de efluentes e poluição hídrica (coleta e análise de amostras ambientais). Hidrogeologia. Noções de Geologia e Solos. Fiscalização, Avaliação e Perícia Ambiental. Vistoria, inspeção e perícia. Elaboração de laudos e pareceres técnicos. Fiscalização de obras. Projetos ambientais. Licenciamento Ambiental. Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011 – Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal (Ministério da Justiça). LEGISLAÇÃO AMBIENTAL; Legislação Federal. Lei Federal nº 6.938/1981 e atualizações (Política Nacional do Meio Ambiente). Lei Federal nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais. Lei Federal nº 9.433/1997 e atualizações (Política Nacional de Recursos Hídricos). Lei Federal nº 12.305/2010 e atualizações (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Lei Federal nº 12.651/2012 e atualização (Código Florestal Brasileiro). Lei Federal nº 9.985/2000 e atualizações (SNUC). Lei Federal nº 11.445/2007 e atualizações (Política Federal de Saneamento Básico). Legislação Estadual. Decreto 38.356/98 - Aprova o regulamento da Lei 9.921/93 que dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos no Estado do RS. Lei nº 9.921/93 - Dispõe sobre a gestão de resíduos sólidos. Lei Estadual nº 14.528/2014 - Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos no Estado. Lei nº 15.434/2020 - Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do RS e dá outras providências. Lei Estadual nº 11.877/02 - Dispõe sobre a imposição e gradação da penalidade ambiental, e dá outras providências. Decreto Estadual nº 55.374/2020 - Regulamenta os arts. 90 a 103 da Lei nº 15.434, 2020, que dispõem sobre as infrações e as sanções administrativas aplicáveis às condutas e às atividades lesivas ao meio ambiente estabelecendo o seu procedimento administrativo no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, e os arts. 35 e 36 da Lei 10.350/1994, que dispõem sobre as infrações e penalidades no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídrico.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 11: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ENGENHARIA CIVIL

PROGRAMA: Noções gerais de engenharia e arquitetura de edificações públicas; construção; organização do canteiro de obras; sondagens; execução de fundações diretas e indiretas; alvenaria; alvenaria estrutural; concreto; estruturas de concreto armado e protendido; estruturas metálicas, inclusive para coberturas; impermeabilização; cobertura; esquadrias; pisos; revestimentos; pinturas; instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção a incêndios; memorial descritivo; especificações técnicas de materiais e

serviços. Desempenho de edificações;—conforme NBR 15.575; Engenharia de avaliações e perícias conforme NBR 14.653; Manutenção predial; tipos de manutenção preditiva, preventiva e corretiva; engenharia de manutenção; indicadores de desempenho da manutenção; manutenção e gestão de ativos patrimoniais. Saneamento ambiental; sistemas de abastecimento de água: sistemas de esgotamento sanitário, resíduos sólidos: sistemas de drenagem urbana. Infraestrutura viária; análise de relatórios de sondagens; especificações de materiais e serviços; terraplanagem, vistoria, recuperação e conservação de pavimentos. Urbanização; parcelamento do solo; noções de sistema cartográfico e de geoprocessamento. Legislação; Decreto Estadual nº 56.311/2022, Estratégia Estadual de fomento e implantação do Building Information Modeling – BIM; Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011, Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal, do Ministério da Justiça. Meio ambiente; licenças ambientais; outorgas para uso de recursos hídricos; áreas de proteção permanente e de proteção ambiental; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Política Nacional do Meio Ambiente; Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos; Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, com redação dada pela Lei nº 14.026/2020, Política Nacional de Saneamento. PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E NORMAS: Planejamento de projetos e obras; programação, controle e acompanhamento de obras; viabilidade, planejamento e controle das construções. Análise e compatibilização de projetos. Segurança e higiene do trabalho; NR-24. Fiscalização de obras e serviços; recebimento provisório e definitivo: medições e emissão de faturas; documentação da obra, orçamento e composição de custos; orçamento analítico e sintético; curva ABC; cronograma físico-financeiro; BDI, cálculo de encargos sociais; sistema de gestão da qualidade. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI. Licitação de obras públicas. estudo técnico preliminar; anteprojeto; termo de referência; projeto básico; projeto executivo. Contratos administrativos de obras públicas. Legislação aplicada à contratação de obras e serviços de engenharia; Lei nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei nº 8.987/1995 e suas alterações; Lei nº 11.079/2004 e suas alterações; Acessibilidade pela Lei Federal nº 10.098/2000. Gestão de projetos.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 12: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ENGENHARIA ELÉTRICA

PRGRAMA: Teoria de circuitos elétricos. Elementos fundamentais, leis fundamentais, teoremas e metodologias de análise de circuitos elétricos. Circuitos elétricos em C.C. Circuitos elétricos em C.A. monofásicos e polifásicos em regime permanente. Resposta nos domínios do tempo e da frequência para circuitos com associações RL, RC e RLC, em série, paralelo e mistas. Análise de harmônicas de fontes sinusoidais. Conversão eletromecânica de energia e máquinas elétricas. Circuitos magnéticos com excitação em C.C e C.A. Circuitos elétricos acoplados magneticamente. Características Indução x Campo de materiais magnéticos, susceptibilidade e permeabilidade magnética. Transformadores monofásicos e trifásicos (princípio de funcionamento, modelos equivalentes, ensaios de rotina e obtenção dos parâmetros representativos). Autotransformador (princípio de funcionamento, modelo equivalente, ensaios de rotina e obtenção dos parâmetros representativos). Transformador de três enrolamentos (princípio de funcionamento e modelos equivalentes). Princípio da conversão eletromecânica de energia. Máquinas de corrente contínua em regime permanente (princípio de funcionamento e modelos equivalentes das diversas configurações). Máquinas síncronas (princípio de funcionamento, modelos equivalentes e comportamento em regime permanente e transitório). Máquinas de Indução (princípio de funcionamento, modelos equivalentes e comportamento em regime permanente e transitório). Controle de velocidade de máquinas de indução. Medidas elétricas. Sistema Internacional de Unidades (SI). Medição de corrente, tensão, potência e energia elétrica. Instrumentos de medição. Transformadores para instrumentos (TCs e TPs). Transdutores elétricos e de temperatura. Exatidão, precisão e erro de medidas. Instalações elétricas de B.T. e A.T. Dimensionamento de condutores e barramentos elétricos. Dimensionamento de condutos para condutores elétricos. Planejamento da instalação, demanda e fatores de projeto. Medidas de proteção contra choques elétricos. Aterramento. Proteção contra descargas atmosféricas. Sistemas de comando e proteção de circuitos elétricos. Acionamentos de máquinas elétricas. Subestações Industriais e de edificações (dimensionamento e projeto das instalações e especificações de equipamentos). Correção do fator de potência (projeto e especificações). Luminotécnica (projeto de sistemas de iluminação interna e externa). Materiais elétricos e magnéticos. Eletrônica analógica. Dispositivos semicondutores (funcionamento, características e aplicações de diodos, transistores, SCRs, TRIACs e DIACs). Circuitos retificadores, grampeadores e ceifadores. Amplificadores Operacionais (funcionamento, características e aplicações em circuitos amplificadores, filtros e controladores). Realimentação. Circuitos chaveadores (conversores CC-CC, Choppers e Inversores). Eletrônica digital. Álgebra booleana. Portas lógicas. Diagramas lógicos, tabelas verdade e mapas de Karnaugh. Linguagens de programação Ladder, STL e FDB. Circuitos combinacionais e seqüenciais Registradores e contadores. Conversores A/D e D/A. Automação industrial. Fundamentos. Símbolos lógicos. Programações gráficas (diagrama Ladder e diagrama de blocos de função). Controlador Lógico Programável (CLP). Protocolos e controle de processo. Geração de energia. Noções de Geração de Energia não hidráulica. Eólica, solar de aquecimento, solar fotovoltaica. PLANEJAMENTO, FISCALIZAÇÃO E NORMAS: Planejamento de projetos e obras. Programação, controle e acompanhamento de obras. Orçamento e composição de custos, levantamento de quantitativos, planejamento e controle físico-financeiro. Acompanhamento e aplicação de recursos (vistorias, emissão de faturas, controle de materiais). Análise e interpretação de documentação técnica. Projetos, diário de obras, caderno de encargos, contratos administrativos. Análise e compatibilização de projetos. Planejamento urbano. Sustentabilidade. Princípios de planejamento e de orçamento público. Regularização Fundiária. Gestão de manutenção predial. Tipos de Manutenção (preditiva, preventiva, corretiva). Engenharia de Manutenção. Indicadores de Performance de Manutenção. Manutenção e gestão de ativos patrimoniais. Projeto de engenharia. Instalações elétricas, sistema de proteção contra descargas atmosféricas, telefonia, cabeamento estruturado, subestações, ar-condicionado, ventilação exaustão e elevadores. Especificação de materiais. Métodos e técnicas de desenho e projeto. Estudos de viabilidade técnica financeira. Controle ambiental das edificações (térmico, acústico e luminoso). Projeto de urbanismo. Sistemas de energia para infra-estrutura urbana. Características básicas do sistema elétrico brasileiro. Condições gerais de fornecimento de energia elétrica no mercado brasileiro. NR 33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados. NR10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade. Licitação e contratos públicos. Conceito, finalidade e princípios. Obrigatoriedade. Hipóteses de dispensa, de inexigibilidade e de vedação. Modalidades. Procedimentos. Critérios de julgamento. Regimes de execução. Revogação, anulação, homologação e adjudicação. Estudo técnico preliminar, anteprojeto, termo de referência, projeto básico e projeto executivo. Contratos administrativos de obras públicas. Princípios de planejamento e de orçamento público. Legislação aplicável à contratação de obras e serviços de engenharia. Lei nº 14.133/2021 e suas alterações. Lei nº 8.987/1995 e suas alterações. 11.3 Lei nº 11.079/2004 e suas alterações. Resolução nº 09, de 18 de novembro de 2011 –

Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal (Ministério da Justiça).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 13: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ESTATÍSTICA

PROGRAMA: Estatística descritiva e análise exploratória de dados. Gráficos, diagramas, tabelas, medidas descritivas (posição, dispersão, assimetria e curtose). Probabilidade. Definições básicas e axiomas. Probabilidade condicional e independência. Variáveis aleatórias discretas e contínuas. Distribuição de probabilidades. Função de probabilidade. Função densidade de probabilidade. Esperança e momentos. Distribuições especiais. Distribuições condicionais e independência. Transformação de variáveis. Leis dos grandes números. Teorema central do limite. Amostras aleatórias. Distribuições amostrais. Inferência estatística. Estimação pontual. Métodos de estimação, propriedades dos estimadores, suficiência. Estimação intervalar. Intervalos de confiança e intervalos de credibilidade. Testes de hipóteses. Hipóteses simples e compostas, níveis de significância e potência de um teste, teste t de Student, teste qui-quadrado. Análise de regressão linear. Critérios de mínimos quadrados e de máxima verossimilhança. Modelos de regressão linear. Inferência sobre os parâmetros do modelo. Análise de variância. Análise de resíduos. Técnicas de amostragem. Amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral. Recursos computacionais. Conceitos básicos de R: vetores, matrizes, listas, dataframes, funções e estruturas de controle. Conceitos básicos de SQL: consultas, filtragem de dados, agrupamento de dados, ordenação de dados, junção de tabelas (joins).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 14: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – FARMÁCIA

PROGRAMA : Assistência Farmacêutica e Gestão de Medicamentos: Etapas da Assistência Farmacêutica; Seleção de medicamentos e conceito de medicamentos essenciais; Indicadores de qualidade na Assistência Farmacêutica; Programação de medicamentos: conceitos, objetivos, critérios, etapas, métodos e indicadores; Armazenamento e distribuição de medicamentos: objetivos, fluxo de materiais, técnicas e condições de armazenamento; Gestão de estoques: curva ABC, níveis de estoque, controle e inventário; Avaliação de prescrição e uso racional de medicamentos; Cadeia fria e controle de temperatura na armazenagem de medicamentos e imunobiológicos; RDC ANVISA nº 304/2019 – Boas práticas de distribuição, armazenagem e transporte de medicamentos. Farmácia Magistral: RDC ANVISA nº 67/2007 - Boas Práticas de Manipulação em Farmácias. Boas Práticas Farmacêuticas e Legislação Sanitária: RDC ANVISA nº 44/2009 e atualizações; Lei nº 13.021/2014 – Exercício e fiscalização das atividades farmacêuticas; Lei nº 5.991/1973 – Controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos e correlatos; Farmacovigilância, tecnovigilância e hemovigilância: conceitos, notificações, reações adversas e queixas técnicas. Medicamentos Controlados e Substâncias Sujeitas a Controle Especial: Farmacologia das principais classes terapêuticas envolvidas no controle sanitário; Portaria SVS/MS nº 344/1998 – Regulamento técnico de substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial; RDC ANVISA nº 20/2011 e atualizações – Boas práticas para controle e prescrição de antimicrobianos; Procedimentos de gestão, dispensação e registro de medicamentos controlados; Boas práticas de uso racional de antimicrobianos (antimicrobial stewardship). Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Política Antimanicomial e princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; Resolução CNJ nº 487/2023 – Diretrizes para alternativas penais, tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 15: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – FISIOTERAPIA

PROGRAMA: Fundamentos da Fisioterapia: História e princípios da Fisioterapia; Cinesilogia e biomecânica aplicadas ao movimento humano; Avaliação funcional fisioterapêutica; Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF); Dor: fisiologia, avaliação e manejo fisioterapêutico; Evidências científicas e raciocínio clínico em Fisioterapia; Fisioterapia Musculoesquelética (Ortopédica e Traumatológica): Avaliação e tratamento das disfunções musculoesqueléticas; Lombalgias, cervicalgias, dorsalgias e demais algias; Lesões de tecidos moles: distensões, entorses, tendinopatias; Disfunções do ombro, quadril, joelho e tornozelo; Reabilitação pós-trauma e pós-imobilização; Recursos terapêuticos: cinesioterapia, terapia manual, exercícios terapêuticos, eletrotermofototerapia; Reabilitação funcional e retorno seguro às atividades. Fisioterapia Neurofuncional: AVC e outras lesões encefálicas adquiridas; Lesões medulares, polineuropatias, esclerose múltipla, parkinsonismo; Avaliação e facilitação neuromotora; Controle postural, equilíbrio, coordenação e marcha; Reabilitação sensorio-motora; Espasticidade: avaliação e manejo não farmacológicos; Treinamento funcional e prevenção de complicações neurológicas. Fisioterapia Respiratória: Anatomia e fisiologia respiratória; Doenças respiratórias crônicas: DPOC, asma, bronquiectasias; Condutas fisioterapêuticas em quadros agudos; Técnicas de higiene brônquica; Treinamento muscular respiratório; Ventilação não invasiva: princípios gerais; Prevenção de complicações respiratórias em pacientes restritos. Fisioterapia em Saúde Pública e Atenção Primária: Princípios e diretrizes do SUS; Atenção Primária à Saúde (APS); Vigilância em saúde: agravos físicos, incapacidades e limitações funcionais; Estratégias de prevenção de agravos musculoesqueléticos; Grupos educativos e práticas corporais; Intervenções coletivas em saúde. Fisioterapia na Saúde do Adulto e Idoso: Avaliação funcional e aptidão física; Sarcopenia, fragilidade e risco de quedas; Mobilidade, independência e segurança funcional; Fisioterapia geriátrica: condutas principais; Reabilitação pós-doenças crônicas; Atividade física adaptada. Fisioterapia na Saúde Mental: Relação entre movimento, corpo e saúde mental; Terapias corporais e técnicas de relaxamento; Exercício físico como intervenção terapêutica. Recursos Terapêuticos e Tecnologia Assistiva: Cinesioterapia e treinamento funcional; Fortalecimento muscular e alongamentos; Treino de equilíbrio, coordenação e agilidade; Terapia manual: mobilizações e manipulações; Eletrotermofototerapia: TENS, FES, ultrassom, calor, crioterapia, laser; Prescrição de exercícios terapêuticos; Cadeiras de rodas, andadores, bengalas, muletas; Prescrição e treino de marcha com dispositivos auxiliares; Orientações ergonômicas e preventivas. Ética, Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Ética, bioética e Código de Ética profissional; Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção

Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Política Antimanicomial e princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; Resolução CNJ nº 487/2023 – Diretrizes para alternativas penais, tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 16: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – NUTRIÇÃO

PROGRAMA : Administração de Serviços de Alimentação: Planejamento, organização e gestão de unidades de alimentação e nutrição (UAN); Elaboração de cardápios: princípios, técnicas e adequação nutricional; Planejamento de cardápios especiais: restrições, intolerâncias e necessidades nutricionais específicas; Procedimentos de compras, recebimento, estocagem e distribuição de gêneros alimentícios; Saneamento e segurança na produção de alimentos; Métodos de conservação e controle de qualidade; Gestão de resíduos e boas práticas ambientais em unidades de alimentação; Aspectos físicos e estruturais de serviços de alimentação. Higiene, Boas Práticas e Segurança dos Alimentos: Técnicas de higienização de áreas físicas, equipamentos e utensílios; Higiene e manipulação de alimentos; Microbiologia básica de alimentos; Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA); Vigilância sanitária e legislação aplicável; Controle higiênico-sanitário: análise de perigos, pontos críticos de controle (APCC); Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP); Controle de qualidade de alimentos: parâmetros físicos, químicos e microbiológicos; Rotulagem nutricional, identificação de alergênicos e legislação correlata. Técnica Dietética e Ciência dos Alimentos: Técnica dietética - conceito, classificação e composição química dos alimentos; Características organolépticas: seleção, conservação, pré-preparo e preparo; Distribuição e transporte de refeições; Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, digestão, absorção, metabolismo e interação. Nutrição Normal e Dietoterapia Básica e Recomendações: Conceitos de alimentação e nutrição; Leis da alimentação; Dietas normais e especiais: critérios, avaliação e adequação; Recomendações nutricionais: uso e aplicação das DRI's; Vigilância alimentar e nutricional: princípios, indicadores e sistemas de informação (SISVAN/VIGITEL); Segurança Alimentar e Nutricional (SAN): conceitos e diretrizes. Nutrição em Saúde Pública: Guia Alimentar para a População Brasileira; Alimentação nos ciclos de vida: gestação, infância, adolescência, adultez e envelhecimento; Avaliação nutricional: métodos diretos e indiretos; Avaliação Subjetiva Global (ASG); Programas e ações de promoção da alimentação saudável; Educação alimentar e nutricional: princípios e estratégias. Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Ética profissional do nutricionista (CFN); Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Resolução Depen nº 3/2017 – Diretrizes para alimentação e serviços auxiliares no sistema prisional; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 17: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – ODONTOLOGIA

PROGRAMA: Epidemiologia, Saúde Bucal Coletiva e Atenção Primária: Epidemiologia das doenças bucais no Brasil; Índices epidemiológicos em saúde bucal; Vigilância em saúde bucal: indicadores, métodos e sistemas de informação; Organização da atenção em saúde bucal no SUS: níveis de atenção, integralidade e linhas de cuidado; Princípios da Atenção Primária em Saúde Bucal (APS): acolhimento, prevenção e cuidado contínuo. Diagnóstico, Semiologia e Radiologia: diagnóstico, anamnese, semiologia bucal e exames complementares; Exame clínico e radiográfico: princípios, técnicas e interpretação; Princípios básicos de radiologia odontológica e biossegurança em radiologia; Lesões mais frequentes da cavidade bucal: cárie, placa bacteriana, candidíase, estomatite herpética primária, lesões herpéticas recorrentes, sífilis, manifestações bucais relacionadas ao HIV/AIDS. Cariologia e Prevenção em Saúde Bucal: Etiologia, diagnóstico e tratamento da cárie dentária; Prevenção da cárie: métodos mecânicos, químicos e comportamentais; Fluoroterapia: uso sistêmico e tópico, aspectos clínicos e toxicológicos; Educação e promoção em saúde bucal. Periodontia: Doenças gengivais e periodontais: etiologia, diagnóstico, classificação e tratamento; Lesões dos tecidos periodontais: características clínicas e condutas. Patologia Bucal e Estomatologia: Cistos e tumores odontogênicos e não odontogênicos; Lesões dos tecidos moles e duros da cavidade oral; Patologia pulpar e periapical: características clínicas e condutas. Trauma Dentário: Trauma dental: concussão, subluxação, luxação, fraturas coronárias e radiculares, avulsão e trinca de esmalte; Diagnóstico, classificação e tratamento. Dentística Restauradora: Princípios gerais do preparo cavitário e preparo atípico; Proteção do complexo dentina-polpa; Materiais restauradores: indicações e propriedades. Urgências e Emergências em Odontologia: Diagnóstico e conduta em urgências odontológicas; Manejo de infecções odontogênicas; Trauma, dor orofacial e diferenciação diagnóstica; Terapêutica medicamentosa: analgésicos, anti-inflamatórios, antibióticos e anestésicos locais; Técnicas de anestesia intraoral; Interações medicamentosas de interesse odontológico. Controle de Infecção e Biossegurança em Odontologia: Normas de controle de infecção no consultório odontológico; Hepatites virais (A, B e C) e HIV/AIDS: riscos e precauções; Imunizações recomendadas ao cirurgião-dentista; Técnica de lavagem das mãos, uso de EPIs e barreiras de proteção; Conduta frente a acidentes de trabalho e exposição ocupacional. Ética, Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Ética odontológica e legislação profissional; Responsabilidade civil, penal e administrativa do cirurgião-dentista; Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 18: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – PEDAGOGIA

PROGRAMA : Princípios, fundamentos e objetivos da educação brasileira, conforme a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Organização da educação nacional: níveis, etapas e modalidades de ensino. Educação de Jovens e Adultos (EJA): fundamentos, características e organização. Resolução nº 376, de 21 de junho de 2023: Institui as normas complementares para a Modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino do RS. Andragogia: conceitos, fundamentos e especificidades da educação de adultos. Políticas de avaliação e certificação educacional no sistema prisional: ENEM PPL (Exame Nacional do Ensino Médio para Pessoas Privadas de Liberdade) e ENCCEJA PPL (Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade). Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010: Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Resolução CNPCP nº 3, de 11 de março de 2009: Diretrizes Nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Decreto nº 7.626, de 24 de novembro de 2011: Plano Estratégico de Educação no Sistema Prisional. Resolução CNJ nº 391, de 10 de maio de 2021: Diretrizes para o reconhecimento da remição de pena por meio de práticas sociais educativas. Normativas internacionais de direitos humanos aplicáveis ao sistema prisional: Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras de Nelson Mandela) e Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok).

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 19: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – PSICOLOGIA

PROGRAMA: Ética profissional; Código de Ética do Psicólogo; Resoluções do Conselho Federal de Psicologia; resoluções da área da saúde produzidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Psicopatologia; abordagens psicoterápicas; psicodiagnóstico e avaliação psicológica; psicologia do desenvolvimento; neuropsicologia; teorias da personalidade; psicologia organizacional e do trabalho; psicologia social e comunitária; saúde pública e saúde coletiva; diagnóstico clínico de acordo com a CID-10 e DSM-5-TR. Manuais de testes e instrumentos psicológicos validados pelo Conselho Federal de Psicologia por meio do SATEPSI. Legislação básica do Sistema Único de Saúde; princípios; diretrizes; organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional; Portaria Interministerial nº 1 de 2014; diretrizes para a atenção à saúde no sistema prisional; política antimanicomial; princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; Resolução CNJ nº 487 de 2023; diretrizes para alternativas penais; tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; Convenção Americana sobre Direitos Humanos; Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas; Regras de Mandela; Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade; Regras de Bangkok.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 20: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA: A atuação do assistente social no sistema prisional. O processo de trabalho do Serviço Social no campo sociojurídico: funções, atribuições, estratégias, instrumentalidade, possibilidades e limites. As abordagens individuais e grupais: fundamentos e instrumentos (estudo social, relatório social, parecer social e laudo social). A perícia social: objetivos, metodologia, laudo e parecer. Trabalho e Serviço Social: na contemporaneidade, no redimensionamento da profissão, nas mudanças no mercado profissional e nos rumos ético-políticos. O Serviço Social e a intervenção junto à família em suas diversas dimensões: conceitos, historicidade e configurações contemporâneas; Perspectivas, jurídicas da família; Violência Intrafamiliar. Mediação e Serviço Social. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária. O Projeto ético-político do Serviço Social e as competências profissionais preconizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social. Sistema de proteção social e o papel das políticas públicas no âmbito de intervenção e operacionalização do Serviço Social. Aspectos conceituais, organização e operacionalização das políticas sociais públicas (Seguridade Social), Sistema Único de Saúde (SUS), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Política Nacional de Assistência Social (PNAS), Política Nacional de Saúde. As políticas sociais e legislação voltadas para segmentos específicos – infância e juventude, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, indígenas, quilombolas, afro-brasileiros, população de rua. A questão social no Brasil; Particularidades da formação histórica brasileira e questão social. Serviço Social e as respostas políticas institucionais à questão social. Política Nacional de Alternativas Penais. Política Nacional de Atenção ao Egresso do Sistema Prisional. A política antimanicomial, impulsionada pela Resolução CNJ n. 487/2023. Os itens tachados e destacados em amarelo devem ser excluídos do conteúdo programático, permanecendo o restante. No caso do cargo de Serviço Social o conteúdo deve ser substituído na íntegra pelo descrito neste documento.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 22: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

PROGRAMA: Direitos humanos aplicados ao sistema prisional. Princípios de dignidade, cidadania e respeito à diversidade. Ética, integridade e conduta profissional do policial penal. Prevenção e combate a práticas de tortura e maus-tratos. Planejamento, coordenação e avaliação de políticas de tratamento penal. Administração de recursos humanos, materiais e financeiros. Gestão de sistemas informatizados e registros administrativos. Parcerias institucionais, convênios e cooperação técnica. Segurança do trabalho e prevenção de acidentes em estabelecimentos penais. Programas de individualização da pena. Avaliação biopsicossocial da pessoa privada de liberdade e produção de relatórios técnicos. Orientação ao pré-egresso e egresso no processo de reintegração à sociedade. Equipes interdisciplinares de tratamento penal: funções e objetivos. Encaminhamentos às redes de políticas públicas. Atenção integral à saúde física e mental da pessoa privada de liberdade. Prevenção, controle e manejo de doenças prevalentes em unidades prisionais. Saúde ocupacional e mental do servidor. Segurança do ambiente de trabalho e uso de equipamentos de proteção individual. Técnicas de fiscalização, escolta e custódia. Procedimentos de transporte e condução de pessoas privadas de liberdade. Normas de segurança operacional, prevenção de incidentes e controle de situações de risco.

**NÍVEL SUPERIOR COMPLETO
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

CARGO 23: ANALISTA DA POLÍCIA PENAL – TERAPIA OCUPACIONAL

PROGRAMA: Fundamentos da Terapia Ocupacional e Recursos Terapêuticos: História e fundamentos da Terapia Ocupacional;

Avaliação, intervenção e planejamento terapêutico; Processos grupais e dinâmica de grupos; Desempenho ocupacional: componentes, áreas e contextos; Métodos e técnicas de intervenção em Terapia Ocupacional; Recursos terapêuticos, análise de atividade e adaptação funcional; Modelos de prática em Terapia Ocupacional (MOHO, CMOP, PEO, KAWA e outros); Raciocínio clínico em Terapia Ocupacional; Abordagens bioéticas e deontológicas; Saúde Pública, Saúde Coletiva e Atenção Básica: Legislação do SUS: princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Básica; Estratégia de Saúde da Família; Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); Programa de Agentes Comunitários de Saúde; Epidemiologia aplicada aos serviços de saúde; Vigilância em Saúde e determinantes sociais; Terapia Ocupacional em Atenção Primária: ações individuais e coletivas; Prevenção, promoção da saúde e reabilitação; Terapia Ocupacional e determinantes sociais da saúde; Política de Atenção Integral a Usuários de Álcool e Drogas. Saúde Mental e Atenção Psicossocial: Saúde mental e modelos de atenção psicossocial; Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades de Acolhimento; Residências Terapêuticas: princípios, organização e práticas; Reabilitação psicossocial; Transtornos mentais: avaliação e intervenção; Métodos e abordagens de Terapia Ocupacional em saúde mental; Legislação e diretrizes nacionais; Reforma Psiquiátrica; Abordagens em crise, manejo de risco e acolhimento em saúde mental; Terapia ocupacional e redução de danos. Saúde do Trabalhador e Ergonomia: Saúde e trabalho no contexto contemporâneo; Terceirização, precarização e organização do trabalho; Saúde mental e trabalho; Terapia Ocupacional na saúde do trabalhador; Ergonomia: princípios, métodos e avaliação; Psicodinâmica do trabalho; Avaliação das atividades produtivas e demandas laborais; Recursos terapêuticos aplicados à reabilitação laboral; Readaptação funcional e retorno ao trabalho. Contexto Social, Território e Comunidade: Terapia Ocupacional Social; Reabilitação baseada na comunidade; Avaliação e intervenção em contextos sociais; Habilidades psicossociais e fortalecimento de autonomia; Ações comunitárias e práticas territoriais; Intersetorialidade, redes de apoio e políticas públicas de assistência. Contextos Hospitalares, Reabilitação Física e Deficiência: Terapia Ocupacional em reabilitação física; Intervenção em pacientes neurológicos adultos; Terapia Ocupacional em oncologia; Avaliação funcional, análise de atividade e prescrição terapêutica; Deficiência física, sensorial e múltipla: avaliação e reabilitação; Atuação em unidades de internação, atenção domiciliar e cuidados paliativos; Reabilitação musculoesquelética e ortopédica. Envelhecimento e Gerontologia: Intervenção de Terapia Ocupacional no processo de envelhecimento; Modelos de intervenção no idoso; Avaliação funcional, cognitiva e perceptiva no envelhecimento; Reabilitação cognitiva e funcional; Tecnologia assistiva aplicada ao idoso; Quedas, fragilidade e prevenção em idosos; Terapia Ocupacional e Gerontologia. Tecnologia Assistiva: Recursos tecnológicos aplicados à funcionalidade; Tecnologia assistiva e comunicação alternativa; Mobilidade: cadeiras de rodas, adaptações e ajustes; Próteses, órteses e design universal; Prescrição, orientação e acompanhamento de dispositivos assistivos. Ética, Legislação e Políticas Públicas em Saúde: Ética, bioética e Código de Ética profissional; Legislação básica do Sistema Único de Saúde (SUS): princípios, diretrizes e organização; Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP); Portaria Interministerial nº 1/2014 – Diretrizes para a Atenção à Saúde no Sistema Prisional; Política Antimanicomial e princípios da Reforma Psiquiátrica brasileira; Resolução CNJ nº 487/2023 – Diretrizes para alternativas penais, tratamento ambulatorial e acompanhamento de pessoas com transtornos mentais; Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica); Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Pessoas Presas (Regras de Mandela); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Bangkok).